

PORTUGAL E A GEOPOLÍTICA  
DA INTERCULTURALIDADE

Adriano Moreira

VII

## A cera mole e o euromundo

Entre 1415, data da conquista de Ceuta pelas tropas de D. João I de Avis, e 24 de Outubro de 1945, data histórica da fundação da ONU e, por isso, a do projecto da paz depois da Segunda Guerra Mundial, processa-se a construção, o apogeu, o declínio e o ponto final daquilo que pode chamar-se o Império Euromundista. Usando o conceito de Toynbee, sem que ele tenha utilizado a expressão, era a *República Cristã*, na sua versão dos Césares, que chamava as legiões às várias Romas europeias, deixando instaladas as componentes do globalismo, sem uma governança de substituição das estruturas políticas esgotadas<sup>1</sup>.

Não obstante as sucessivas guerras civis dos europeus, em que avultam as duas guerras mundiais que destruíram o sistema, e que teriam como dinamizador constante a luta de cada uma das soberanias europeias envolvidas para ter um lugar no centro regulador do sistema, o fim do euromundo político não significou a extinção da vigência global do património jurídico, cultural, científico e técnico, em que se traduz o legado de um poder exercido ao longo de tantos séculos.

Pelo simples facto de a velocidade da mudança das estruturas ser muito superior à rapidez com que é adquirida e racionalizada a percepção da mudança, a Carta da ONU, e os seus documentos complementares, ainda foram tributários da exclusiva visão euromundista, porque a descolonização não se traduzira, naquela data (1945), em instalar na Assembleia Geral os representantes das áreas culturais que, pela primeira vez, falavam em liberdade à comunidade internacional. No exercício dessa soberania sem experiência, passaram ao exercício da leitura crítica do legado euromundista.

Tratava-se de um legado que os Europeus e a sua dissidência americana, isto é, que os ocidentais tinham utilizado como *modelo observante* de uma acção repartida em várias específicas linhas de expansão, com o objectivo de ocidentalizar um Globo, cujas diferentes etnias e culturas eram vistas como a *cera mole* de uma intervenção hegemónica, sempre que necessário armada em guerra. Uma intervenção que proclamou as suas próprias referências de legitimidade originária, apoiada numa longa teoria de teólogo-juristas, variando o sinal do êxito procurado: os peninsulares gratificados pela evangelização, os franceses pela difusão das luzes, os ingleses pelo árduo trabalho

de levar a civilização aos bárbaros que habitavam as terras situadas sob os céus distantes<sup>2</sup>.

O direito internacional, os direitos humanos, a sociedade civil, o estado de direito, a ciência e a técnica, a explosão grega, o saber romano, a conquista de Gutenberg, o homem no centro, o triunfo da democracia, a arte e os *media*, fazem parte do património que o império dos ocidentais legou ao mundo em mudança, mas esta a demonstrar que os povos libertados não esquecem a suposta *cera mole*.

## As identidades euromundistas e a lei da complexidade crescente

A expressão euromundista nos mapas políticos reproduzia um conjunto de unidades referenciadas pelas soberanias coloniais em exercício, e não pelas identidades culturais absorvidas pelas fronteiras políticas da submissão. O Império das Índias tinha a identidade britânica, pontuada pelo Estado da Índia português (Goa) e pelas diminutas possessões francesas; a África era uma policromia projectada pela frente atlântica europeia; a China estava submissa aos *tratados desiguais*; a América Latina tinha soberanias dependentes a partir do envolvimento pela geografia do subdesenvolvimento e da fome.

Os povos que habitavam essa geografia política eram frequentemente considerados *atrasados*, *selvagens*, *pagãos*, *dispensáveis*, *mudos*, de acordo com os padrões do modelo político observante ocidental, que inspirava o desenvolvimento de uma ciência política inquieta com as *balanças do poder*, e olhou com alguma displicência as incursões da Antropologia cultural, com alguma desconfiança as incursões das missões religiosas orientadas pela igual dignidade dos homens, com curiosidade as indagações sobre a história das desarticuladas entidades políticas nativas. Tudo, porém, desde a expansão colonial do século XIX, de facto privilegiando a política da posse de matérias-primas e domínio de mercados de produtos acabados. As culturas obrigatórias, o trabalho forçado, a discriminação racial, a afirmada inferioridade cultural, a recusa de acesso aos direitos políticos, o limitado acesso ao saber, foram atitudes que, embora com incidência desigual nos territórios dispersos pelas diferentes soberanias, foram originando um património de queixas que se revelaria transversal quando a descolonização, ou negociada ou con-

quistada pela luta armada, apagou os mapas políticos dos colonizadores e neles foi multiplicando, em substituição, as novas expressões sociopolíticas e culturais.

Os ocidentais, em recuo, puderam finalmente meditar sobre as vozes mal escutadas de Vitória, de Fr. Bartolomeu de Las Casas, de Molina, de Suarez, de Vieira, mas a revolta contra os ocidentais foi mais apoiada pelas ideologias. Em primeiro lugar, apelando, na linha da memória do que mais ferira os colonizados, ao conflito étnico, ao racismo de sinal contrário, ao combate ao mundo dos brancos que tinham por longo tempo sido os senhores; depois, adoptando a semântica dos valores mobilizadores dos grandes impérios, agora em recuo, valores entre os quais se destacava o nacionalismo que, na origem europeia, proclamou a relação entre a Nação e o Estado, e, nesta sua versão da revolta, foi um valor integrado num modelo observante do futuro procurado, mas sem uma realidade social e histórica subjacente; finalmente, o marxismo, nas diversas versões assumidas pelos Estados que se apelidaram de Repúblicas Populares, autonomizou uma área da geografia da fome, abrangente horizontal dos 3AA – Ásia, África, América Latina –, procurando mobilizar esse Sul do mundo, agrário e pobre, vivendo uma economia de subsistência, e agindo contra a *cidade planetária* do Norte, consumista, afluente, imperialista.

Este conceito de um Ocidente agressor animou a intervenção de Nehru, Nkrumah, Nasser, Mossadegh, Chu-En-Lai, para os quais «estes brancos, agressores e ricos, são o Ocidente, são a Europa»<sup>3</sup>.

Esta percepção foi compatível com a aceitação das fronteiras geográficas de cada uma das colónias que se tornou independente, independência que multiplicou automaticamente o número de soberanias formais no mundo em reorganização sob os auspícios da ONU. E, por isso, a luta pela liberdade da colónia foi compatível com o recurso à violência, destinada a impedir que a realidade étnica e cultural interior contribuísse para a dissolução do modelo territorial associado, multiplicando as identidades políticas.

Foram exemplos sangrentos a luta pela separação do Katanga (1960), que sacrificou a vida de Tchombé e Lumumba, no antigo Congo-Belga (Zaire), a tremenda guerra do Biafra (1967) e, de sinal contrário, o verdadeiro imperialismo da União Indiana que, contra o direito internacional e a política da

ONU, extinguiu todos os Estados do Império inglês, invadiu Goa, e sustentou uma guerra, que custou uns estimados quatrocentos mil mortos, para evitar a separação dos muçulmanos do Paquistão, colocando entre parênteses o pacifismo de Gandhi<sup>4</sup>.

Não apenas a prática da ONU, mas vários textos internacionais, como o tratado resultante da Conferência de Helsínquia (1973), ou os estatutos da Organização da Unidade Africana (1963), procuraram acautelar o fraccionamento das unidades territoriais herdadas do colonialismo ocidental, com o princípio da integridade das fronteiras. Mas não foi o princípio que se mostrou eficaz, foi antes a atitude geral dos poderes políticos internos emergentes que deu consistência à orientação, pelos piores motivos. Todos esses poderes se orientaram, não pela democracia proclamada nos textos internacionais, mas sim pelo objectivo de expropriar o poder das soberanias coloniais expulsas, poder que, não obstante ser exercido por democracias estabilizadas da frente atlântica europeia, era absoluto, indiviso, totalitário, em todas as colónias: as linhas de Sadam (Iraque) e Mugabe (Zimbabué) são de sobrevivência dessa atitude.

É por isso que o movimento da descolonização originária enfrentou uma linha de autodeterminações internas, que agora lutam contra a unidade herdada, desenvolvendo a complexidade crescente da estrutura internacional, cujo primeiro patamar foi o da independência dos territórios com as fronteiras herdadas de colonizadores<sup>5</sup>.

Os conflitos baseados em afirmadas identidades étnico-culturais multiplicaram-se por todo o Globo: na Europa, destacaram-se os casos da Irlanda do Norte, Chipre, País Basco, Kosovo; na Ásia, destacam-se Taiwan, Mindanao, Pattani, Burma/Myanmar, Aceh, Timor, Papua, Tibete; somam-se disputas territoriais entre Estados, em nome de invocados interesses das soberanias<sup>6</sup>.

Deste modo, o processo das identidades euromundistas, herdadas pelas novas soberanias, teve esse primeiro patamar nas fronteiras definidas pelos colonizadores; uma política de autodeterminação orientada pelo objectivo de capturar o poder íntegro, não democrático, da potência que retirava; proclamou um projecto nacionalista que significa conduzir a multiplicidade étnica-cultural para a unidade, tendo o modelo nacional ocidental como referência; defrontou-se frequentemente com a recusa interna de aceitar esse

conceito estratégico, muitas vezes com recurso à insurreição armada. A lei da complexidade crescente da ordem internacional, que relaciona a marcha para a governança da globalidade (princípio da unidade) com a simultânea multiplicação das células políticas autónomas na base, e com os poderes atípicos transversais, quer usando a violência (caso do terrorismo), quer os enquadramentos da sociedade civil transfronteiriça (poderes económicos, religiosos, culturais), mostra o movimento mas não apoia a previsibilidade<sup>7</sup>.

### **As alternativas estratégicas**

A Carta da ONU anunciava uma nova ordem mundial em que a submissão ao direito, que caracteriza as sociedades civis organizadas em Estados, tivesse finalmente réplica numa sociedade internacional também submissa ao direito, e na qual o poder militar não estivesse ao serviço da liberdade soberana de fazer a guerra.

De facto, a organização anunciada fugia ela própria ao preceito fundamental, porque o direito de veto, reservado a cinco países, deixa-lhes a liberdade que o princípio da paz anunciava extinguir. Por isso, os EUA não encontram no seu território nenhuma parcela que pretendesse a autodeterminação, e foram autorizados a integrar os Alasca e Havai; a Rússia também não alterou o seu conceito histórico de autodeterminação, que previa a adesão de qualquer Estado à União, mas não previa o direito de sair dela.

Por seu lado, a ONU nunca conseguiu evitar genocídios no Camboja ou no Ruanda, massacres no Sudão e na Etiópia, guerras civis de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, nem impõe o respeito pelos direitos humanos na China, no Vietname, na Argélia, na Síria, no Sudão, no Zimbabué<sup>8</sup>.

As chamadas grandes potências, um título que, durante meio século, foi apenas rigoroso para os EUA e para a URSS, desenvolveram, pelas margens das fronteiras da NATO e do Pacto de Varsóvia, uma luta que visou substituir a presença soberana antiga pela hegemonia sobre as entidades locais, luta que utilizou a guerra por entreposta entidade local, e que esporadicamente envolveu a intervenção directa, como no Vietname, na Coreia, ou na Checoslováquia, e finalmente, na viragem do Milénio, no Iraque.

As médias e pequenas potências, nas quais se incluem países com o formal direito de veto que são a França e a Inglaterra, não evitaram o recurso à guerra na busca do novo modelo, como aconteceu na Argélia, mas usam sobretudo a negociação com que pretendem, e conseguem, redefinir uma janela de oportunidade para as relações com as antigas dependências coloniais.

## O trajecto português

### *A dependência externa*

O Império Euromundista desenvolveu-se, portanto, segundo duas linhas de referência, a linha dos interesses e a linha dos valores: na primeira linha, convergiram todas as potências que se expandiram para territórios alheios; na segunda, diferenciaram-se nos valores de referência legitimadores e, em conflito, deram sempre precedência à linha dos interesses. Quando Vasco da Gama chegou à Índia, regista o Roteiro que um marinheiro das caravelas, interrogado de terra sobre o que vinham procurar, respondeu: «Vimos em busca de cristãos, e especiarias»<sup>9</sup>.

A linha dos valores, que para a Espanha foi igualmente a evangelização, não impediu o genocídio das populações nativas, que o desviacionismo americano, na sua marcha do Atlântico ao Pacífico, mais tarde, também praticaria no continente americano<sup>10</sup>. Como não impediu o transporte dos escravos, mais grave do que a própria escravidão, coisa que as pregações não conseguiram evitar. E também nunca impediu que a imposição do poder político usasse menos o contrato, ainda que apoiado na prévia exibição da força, e recorresse mais à força superior.

Estas referências parecem necessárias, embora apenas indicativas, para acentuar que o processo português foi sempre condicionado pela premência da sua *circunstância externa da soberania*, que, em todas as épocas, exigiu um *apoio externo* para além das definições legais e constitucionais do Estado, mas parte integrante da sua real estrutura política. D. Afonso Henriques necessitou do apoio da Santa Sé, da qual se constituiu vassalo; a Aliança Inglesa foi um apoio permanente sustentado durante séculos; a adesão à Europa, no fim do Império, em 1974, era inevitável e insubstituível<sup>11</sup>.

É frequentemente lembrada a conclusão de Lord Acton, segundo o qual, de regra, foi o Estado que formou a Nação, não foi a Nação que originou o Estado. Durante toda a primeira dinastia, o Estado foi um modelo de *cadeia de comando*, assim como na segunda dinastia, lançando o País a longe, o regime foi igualmente um *modelo de cadeia de comando*. Um modelo que se repetiu na submissão filipina, e que, ao longo da dinastia de Bragança, também vigorou com frequência. Esta herança do modelo, da vontade do rei que amarrava a mão do marinheiro ao leme, deixou marca na maneira de os Portugueses lidarem com o poder político, ao mesmo tempo desejando que *haja quem mande* e tratando o poder político na terceira pessoa (*eles*), talvez encontrando no boneco das Caldas, devido a Bordalo Pinheiro, a melhor expressão desse desencanto histórico.

Na circunstância actual, a lonjura das sedes europeias do poder, para onde vão sendo transferidas as competências políticas, a evolução do modelo sem participação dos eleitorados e dos parlamentos nacionais, os efeitos colaterais das decisões vindas do centro do modelo, tudo acentua aquela atitude de distanciamento, descaso, falta de confiança no poder político, facto que nos regimes democráticos tem voz na abstenção eleitoral.

### *A saudade do futuro*

O sonho da missão do Povo da «*ocidental praia lusitana*» sobreviveu para além dos desvios normais dos governos, resistindo e lutando contra a decadência do Império que o projecto de Sagres consagrara, originando uma linha genealógica que sobreviveu para além da revolução de 1974, a qual colocou um ponto final naquele conceito estratégico imperial do Estado.

Pertence a Luís de Camões, e voltaremos a este ponto, a formulação e perpetuação dessa visão, ao publicar *Os Lusíadas* na véspera do afundamento do Império em Alcácer Quibir. De então em diante, como escreveu Ramalho Ortigão, «*Os Lusíadas* são a pedra monumental sob que jaz a glória da pátria, e é nessa pedra que terão de ir afiar as suas espadas de combate todos os Portugueses que se assumem para resistir a esta invasão terrível com que lutamos, e que se chama a decadência»<sup>12</sup>. A esperança deste conceito, a fé dos seus crentes, é surpreendentemente posta na memória de um rei vencido, D. Sebastião, cujas instruções viriam a ser lembradas pela geração de



Mouzinho – «*fazei muita cristandade*» –, cujo regresso salvador animaria o projecto do V Império que vai do Padre António Vieira a Agostinho da Silva.

Talvez isso seja a fixação magoada num projecto de grandeza que falhara no limite de uma intervenção enlouquecida, o peso da nova situação de dependência externa a piorar a maneira de viver, e, por outro lado, o apelo ao milagre, a alienação na espera de uma decisão vinda do alto, e mais confiança na oração do que na acção.

Os *Lusíadas* definem o ponto de referência de todas as angústias, perguntas, perspectivas, em que se diferenciam as atitudes das gerações futuras: antecipa uma realidade europeia que foi a do Império Euromundista, mas na qual o País participará não como o líder suposto pelo poeta, mas como parceiro que na gesta africana do século XIX sofreria a segunda maior humilhação da sua história, que foi o *Ultimatum* (1890) inglês.

Talvez possa adoptar-se este facto para sublinhar a relevância de um sentimento crescente de angústia perante o assumido movimento de superioridade estrangeira, com Mouzinho de Albuquerque a representar a luta por uma nova grandeza e a suicidar-se, com Antero de Quental a apontar para o europeísmo, com hesitante adesão ao iberismo, e também a suicidar-se; e com Bordalo Pinheiro a fixar no Zé Povinho das Caldas a atitude popular de distância em relação às elites governantes. De facto, tudo a *vincar o traço de país de emigrantes*, que nesta viragem de milénio regista cinco milhões de portugueses na diáspora, uma distância na qual vai sendo idealizada uma Pátria distante – terra dos antepassados, terra de Nossa Senhora, terra de santos padroeiros em que se distingue Santo António, terra de heróis como o Infante D. Henrique, Nuno Álvares Pereira, Vasco da Gama, Sacadura Cabral e Gago Coutinho, invocados e homenageados nas sedes das agremiações locais.

Com triunfadores na diáspora, mas também submetendo-se à humildade dos trabalhos que as populações naturais já não aceitam, como se passa hoje na Europa das comunidades, como aconteceu no Brasil depois da independência e, sobretudo, depois que a lei da Princesa Isabel colocou um ponto final na escravatura e alterou o mundo do trabalho, até ao limite de colónias de emigrantes em situação de trabalho forçado no próprio espaço ibérico.

### O lusotropicalismo

As migrações obedeceram a dois modelos, em cada um dos quais se manifestou diferentemente esta capacidade de multiplicar atitudes: as migrações de Estado que dispersaram povoamento por várias latitudes, com o grupo emigrante ciente de que representava e exercia o poder; as migrações para territórios de soberania estrangeira; finalmente, a inversão dolorosa da posição na pirâmide do poder nas colónias, causada pela retirada da soberania portuguesa, como aconteceu em 1974, fim do ciclo imperial.

No primeiro caso, os factos são os que melhor correspondem à intervenção tardia de Gilberto Freyre, com a sua teoria do lusotropicalismo<sup>13</sup>.

A crítica, sobretudo a que parte de uma perspectiva marxista ou da luta pela independência, parece imaginar que Gilberto ignorara a escravatura, o transporte de escravos, as culturas obrigatórias, os castigos discricionários. Aquilo que ele teorizou foram as *emergências* reparadoras dos defeitos das virtudes, a emergência de sociedades multiétnicas e multiculturais não discriminatórias, com, eventualmente, a definição política final chamada Brasil ou Cabo Verde, ou o que foi o Estado da Índia (Goa).

A interpretação consequencialista, nesta data muito em exercício, para avaliar as emergências que resultaram da transferência da Corte dos Braganças para o Brasil, evidenciou a prática da igual dignidade humana como referência valorativa, a troca de padrões de comportamento, a igualdade das etnias, o objectivo da assimilação para os padrões religiosos (evangelização) e cívicos. Tratava-se da reprodução do longo processo metropolitano, mas ainda não inteiramente consumado no início das navegações, e que partira do modelo do Rei das Três Religiões, a caminho de uma realidade nacional. Um processo também com evidentes provas de violência do poder político, como foram a expulsão dos Judeus e a Inquisição.

*Talvez a interpretação do princípio político da unidade nacional, o famoso conceito de um só país do Minho a Timor, exprima a unidade da diáspora fixada em terras de soberania – o marinheiro amarrado ao leme pela vontade de D. João II – e não as populações naturais, objecto dos processos de assimilação, e da recusa da igualdade política até que uma sociedade civil homogénea tivesse emergido.*

Por seu lado, Orlando Ribeiro acentuava que «em toda a parte onde os Portugueses se estabeleceram, cruzando-se com as mulheres da terra, criaram-se espontaneamente sociedades crioulas. São mestiços que constituem a maioria da gente de Cabo Verde, que pontuam todas as áreas da colonização antiga do Brasil, como a Bahia e o Recife, como o Rio de Janeiro e Minas Gerais...».

O longo tempo que demorou a emergência da sociedade civil brasileira, que primeiro serviu de objecto de estudo a Gilberto, não consentia imaginar que o mesmo, estando em curso, se teria já consumado nos territórios de África, onde a acção efectiva da soberania, entre a Conferência de Berlim de 1885 e a retirada de 1974, teve escassamente mais de meio século, descontados designadamente os tempos das campanhas da ocupação, das interrupções decorrentes das crises políticas metropolitanas, ou da perturbação causada pelas Primeira e Segunda Guerras Mundiais. Cabo Verde parece dever ser reconhecido como o mais perfeito dos modelos implantados.

Quando, em 1974, o modelo de povoamento em terras de soberania, com o princípio da assimilação na ideologia e a defesa do exclusivo do poder político a manter barreiras que a lei de 6 de Setembro de 1962, anulando o estatuto do indigenato, chegou tarde para produzir efeitos relevantes, a minoria no poder (povoamento) sofreu a queda para minoria que perdera o poder a favor dos partidos nativos.

Foi uma experiência destruidora, sem qualquer semelhança com as independências do século XIX, em que se incluiu o Brasil, e nas quais as minorias no poder continuaram com a independência na sua posse, mantendo os seus padrões de vida pública e privada.

A retirada global de 1974, o retorno à terra pátria, a reintegração sem dificuldades de relacionamento, a notável contribuição para a reanimação da sociedade civil portuguesa, mostrou que a unidade do Minho a Timor era essa, com acolhimento dos adquiridos padrões de torna-viagem, a confirmar o traço da amorosidade que, ainda quando longe das consagrações religiosas ou civis das uniões, fez dos filhos um sacramento laico das famílias.

Esta identidade de uma Nação Peregrina, por força do conceito estratégico estadual, também manteve a reserva de elementos estruturais quando a diás-

pora foi para terras alheias, as terras das migrações em busca de outros futuros mais promissores, no Brasil independente, nos Estados Unidos da América carentes de povoadores, e para a Europa, durante a guerra colonial, mas muito intensamente depois do fim do Império. O tecido cultural cristão foi dominante, *dando relevo aos valores femininos*, no que toca à transcendência pelo culto de Nossa Senhora, e, pelo que toca à vida civil, entregando as responsabilidades às viúvas de homens vivos que, em todos os tempos, pela guerra, pela navegação, pelas emigrações, governaram as casas, educaram os filhos, sustentaram a ética do civismo, da contenção perante a pobreza, e até perante os erros da cadeia de comando político. As explosões ocasionais de violência, nas guerras civis, nas guerras coloniais, nos conflitos de origem religiosa, foram intervalos catastróficos na longa demonstrada capacidade de lidar com as diferenças étnicas, religiosas, culturais.

### ***O Povo no pretório***

O herói de *Os Lusíadas* de Luís de Camões é o *Povo Português*, guiado em *regime de cadeia de comando*, e apenas falhando os desígnios quando *um fraco Rei faz fraca a forte gente*. Mesmo *O Soldado Prático*, onde Diogo do Couto descreve o passivo da epopeia marítima, é nas elites dirigentes que situa os desvios dos princípios, do esquecimento da ética do poder, do descaso pela supremacia dos valores e do bem comum, em favor dos abusos e das corrupções.

Depois do desastre de D. Sebastião, as reedições do poema de Camões, e as esperanças do regresso à grandeza, alimentando a estranha utopia sebastianista da confiança no regresso do Rei vencido, e o sonho do V Império, linha de que o Padre Vieira se faria arauto e viria a ter uma formulação final com Agostinho da Silva, foram visões de um regresso ao antes do desastre, que podia ter sido evitado, deram apoio aos cavaleiros do império africano do efémero Mouzinho, não atribuíram ao povo as origens e causas das nunca mais extintas *saudades do futuro*<sup>14</sup>.

Foi o liberalismo, com a constitucionalização da soberania popular, com o iluminismo que traçou no Brasil a via estreita de inspiração inglesa de uma tranquila mudança, e cavou na metrópole a via francesa da explosão armada, que levou os iluminados ao desespero de não encontrarem no povo o civismo modelado pelo europeísmo da Primavera dos povos.

Não faltam escritores e poetas, nos séculos XIX e XX, que chamam o País à grandeza, desafiados pelo confronto entre um passado glorificado e um presente desanimador, em face dos avanços civilizacionais da Europa. No seu excelente ensaio de 2007, José Carlos Seabra Pereira vai trazendo à memória colectiva os anseios, angústias e votos, do nacionalismo de Garrett ao *país sem esperança* de António Nobre. Na exaltação de Afonso Lopes Vieira, Alberto de Oliveira, João de Barros, António Sardinha, Corrêa de Oliveira, Teixeira de Pascoaes, Fernando Pessoa, Miguel Torga, por todos passa o mesmo apelo deste último à redescoberta de um «caminho português» para a «Pátria sem rumo», mas não são frequentes lamentos sobre a incapacidade do povo<sup>15</sup>.

Pelo contrário, entre os dirigentes políticos do constitucionalismo, não faltam discursos a colocar o Povo no pretório do julgamento da história. João Franco, depois do regicídio, escrevia: «Em Portugal, e não de hoje, parecem existir dois países: um que trabalha, e bem; outro que governa, e mal. De quem é a culpa? De todos, e principalmente dos governados.»

Nesta viragem do Milénio, reeditaram-se algumas das mais pessimistas meditações de responsáveis desconsolados com o Povo que governaram, como Bernardino Machado, Manuel Arriaga, Hintze Ribeiro, Bento Carqueja, Andrade Corvo, Augusto Fuschini. Todos foram comungar nas conclusões de Eça de Queiroz, ao comparar o passado que morreu em Alcácer Quibir com o presente que viveu. Escreveu, e não são talvez as mais pessimistas das suas palavras, ao recordar a partida anual das caravelas: «Iam em demanda de mundos, levando Deus dentro do peito, sob as constelações Augustas, entre as tempestades, os rochedos, os climas e as correntes, de pé nos tombadilhos, descobertos, rodeando um Cristo, cantando os salmos ao coro dos furacões, todos reluzentes de armaduras e de divisas de amor, com a alma cheia de altivezas de batalhadores e de doçuras de apóstolos.» Viria a contrapor, a essa leitura do passado, as críticas que foram dos *vencidos da vida*, desiludidos sobre *este país, este portugalório*, sobre a incapaz classe política.

Também João Franco, a braços com a avaliação do desastre do seu governo, parecia amenizar a consciência com estas palavras (1924): «Estranha psicologia a deste povo, que, possuindo uma história a topetão com a fábula, de tais maravilhas se compõe, parece sofrer duma ingénita inaptidão política, desdenhando e quase repugnando-lhe ter voz em capítulo, nas horas decisivas

do seu destino...»<sup>16</sup>. Na República, o generoso António José de Almeida deixaria este desabafo: «Continuamos influenciados pelos mesmos vícios, dominados pela causa de todas as nossas desgraças, com a honra despedaçada...»

De tempos a tempos, o modelo da *cadeia de comando* volta a instalar-se, sem êxito, como aconteceu com o Presidente-Rei Sidónio Paes, ou para durar longamente, como foi o caso do governo de Oliveira Salazar, que se esgotou em 1974 com a Revolução que derrubou o último Presidente do Conselho da Constituição de 1933, Marcello Caetano<sup>17</sup>.

Este ponto final correspondeu justamente a uma *rotura da cadeia de comando*, cujo vértice deslizou do corpo de generais para os capitães, os quais viabilizaram uma constituição democrática do modelo da União Europeia.

Rapidamente, o regime evoluiu para o *presidencialismo do Primeiro-Ministro* (Cavaco Silva), com diminuição da autoridade da intervenção parlamentar, o poder sofrendo uma variante de alienação, agora nos meios de comunicação social, sem participação relevante do eleitorado e do Parlamento submisso às autoridades partidárias, o povo longe do processo decisivo das sedes do poder da União Europeia, exprimindo, pelo absentismo eleitoral, a distância em relação ao poder instituído.

De facto, perpetuando um *Parlamento dos Murmúrios*, que ajuda a tecer um mundo virtual, pontuado de boatos, de suspeições, de receios, de fontes encobertas, de azedumes, de confiada autoridade nos que criticam a governança, e que logo a perdem se chamados ao poder.

A crise da sociedade de confiança que hoje abala todas as comunidades ocidentais, pela imprevisibilidade da evolução, tem dois aspectos: um referente à vida habitual e contratualizada dos cidadãos, outro referente à relação da sociedade civil com o poder. A distância tradicional está, nesta entrada no novo milénio, excessivamente marcada pela falta de confiança na justiça, nos serviços de saúde, nos serviços da educação, na polícia, na fiscalidade, em suma, na cadeia de comando que é o conceito com que tradicionalmente o povo olha para os detentores do poder político, que trata na terceira pessoa – *eles*.

## *A Sociedade e o Poder em mudança*

A necessidade histórica e permanente de o Estado Português ter um *apoio externo*, que faz parte do sistema político sem referência constitucional, traduziu-se, depois do fim da guerra colonial (1974) e pelo envolvimento irrecusável da globalização e fim inerente do conceito estratégico nacional secular, na adesão à Europa, uma adesão sem outra escolha.

Esta adesão implicou acompanhar todo o processo de mudança do conceito estratégico da União Europeia, hoje, a caminho de uma forma imprevisível de novo poder político. A visível tendência do Estado Português para acentuar uma debilidade de *Estado exíguo*, isto é, sem capacidades para responder às finalidades clássicas da soberania, coloca-o numa posição intermédia na hierarquia consagrada no Tratado de Lisboa (2008), e, inevitavelmente, a também defrontar três carências da União: carência de matérias-primas, carência de energias, carência de mão-de-obra.

Esta última situação de carência europeia resulta da quebra de natalidade, da emigração dos naturais, e da rejeição selectiva por esses naturais de tarefas consideradas menos dignas; isto, ao mesmo tempo que os avanços da ciência e da técnica exigem *mais gente qualificada e menos gente*, sem que a economia cresça em termos de garantir o Estado social, e sem que sejam estabelecidas garantias contra a *deslocalização* das instituições económicas que circulam os estabelecimentos e as sedes pelas rotas das circunstâncias mais favoráveis à produção de lucros.

Os países que se ficam pelos lugares mais baixos das escalas de avaliação do desenvolvimento humano sustentado também são mais abalados pelos pontos negativos do tufão globalista.

Portugal mantém uma vasta diáspora em terra alheia – a tradição de país de emigrantes e de viúvas de vivos –, apontando-se para cinco milhões de portugueses a viverem fora das fronteiras, e, ao mesmo tempo, tem uma *imigração* considerável quer de africanos, sobretudo provenientes das antigas colónias, quer de cidadãos das repúblicas do antigo Leste soviético.

Tudo não evita uma fraca capacidade de impedir as deslocalizações, de garantir o Estado social, de corresponder com serviços à exorbitante carga

fiscal, ou de ter um conceito suficientemente claro que permita distinguir a *racionalização* do *abandono* da interioridade.

É nesta situação de debilidade dos meios do Estado e do bem-estar das populações (Estado exíguo) que os desafios geopolíticos, quer da segurança, quer da interculturalidade, renovam o perfil e a intensidade.

Em primeiro lugar, o conceito originário de Jean Monnet, que orientou o processo europeu, teve como objectivo eliminar a tradição, e os seus efeitos, de os Estados europeus nunca terem vizinhos, terem apenas inimigos íntimos.

Foi assim que os responsáveis pelas democracias cristãs europeias, Schuman, Alcide de Gasperi e Konrad Adenauer, todos experientes da conflitualidade das fronteiras, iniciaram a desmobilização dos demónios interiores da Europa que tinham conduzido a duas guerras mundiais na mesma geração.

Portugal tem na sua história a sua componente específica dessa relação, traduzida na advertência de que *de Espanha, nem bom vento, nem bom casamento*, e sucessivos conflitos armados.

O princípio europeu transforma as fronteiras geográficas em apontamentos administrativos, pelo que a *secular displicência* espanhola em relação a Portugal, e a *atitude defensiva* portuguesa em relação à Espanha, estão em mudança, com o crescimento paralelo de *áreas de trabalho integradas*, com a presença de ambos os Estados em organizações internacionais integradoras (ONU, NATO, União Europeia), com a larga presença de estudantes portugueses em Universidades espanholas, com o apoio de serviços espanhóis às debilidades da interioridade portuguesa.

A pertença à União Europeia, que suscita esta mudança de relacionamento, vai impondo por igual as transferências de competências dos Estados, e, assim, amparando a linha de evolução que reconhece a *crise do Estado Soberano*, mas acautelando a crise das *identidades nacionais*, coisa diferente da voz dada aos *regionalismos*.

A europeização dos costumes é um dos efeitos globais do avanço integrado dos Estados europeus, com o *fundamentalismo laico* do chamado Tratado



Constitucional, orientado por Giscard d'Estaing, a revelar-se tão preocupante como o fundamentalismo religioso de épocas passadas, e agora, de novo activado pelo choque das civilizações<sup>18</sup>.

Esta questão do choque das civilizações afecta a conjuntura portuguesa em vários aspectos. Em primeiro lugar, a carência europeia de mão-de-obra, conjugada com a miséria dos povos da *geografia da fome*, provocou um descontrolo das migrações que a *teologia de mercado* parece ter imaginado de *ratinhos* que regressariam às origens, findo o trabalho e desaparecida a ocupação: por isso, a Europa não teve uma política de acolhimento, uma política de integração, nem política de assimilação pelo menos política. O resultado são as *colónias interiores*, a *violação da sociedade civil de confiança*, as *insurreições premonitórias*, o regresso dos *mitos raciais* a agravarem-se em *mitos culturais*; em resposta, as medidas securitárias das autoridades em crise de eficácia vão sendo acompanhadas pelas medidas securitárias da sociedade civil com expressão mais visível nos *condomínios fechados*. Tudo a recordar os dispositivos das Ordenações para as comunidades separadas socialmente pelas respectivas identidades culturais e religiosas, e fisicamente separadas pelos bairros próprios, o que, do ponto de vista político, recorda a época dos *Reis das Três Religiões*.

A sociedade civil portuguesa revela todos estes efeitos, a crise dos valores é evidente, a debilidade da economia acentua a pobreza e a conflitualidade, a declaração de pertença às Igrejas institucionalizadas, com relevo para a Igreja Católica, diminui, o apelo à transcendência cresce sem resposta estruturada, o integrismo laico é crescentemente dominante<sup>19</sup>.

Estes factos levam a análise económica a remeter o País para a categoria de *periférico*, uma classificação que corrijo, em relação às debilidades gerais do aparelho estadual, com o conceito de *Estado exíguo*, acentuadamente em risco de não poder responder às finalidades da soberania *funcional* e *cooperativa* da época.

Todavia, a premência dos factores exógenos, a força avassaladora do globalismo, a solidariedade sistémica com a União Europeia, definiu a situação estratégica de Portugal como a de um *Estado de fronteira*.

Internamente, tem os problemas europeus do multiculturalismo, crescente no ambiente de descaso que ficou referido, com os mesmos riscos, conflitos, perplexidades e mudanças culturais em progresso por todo o espaço europeu.

É neste plano que o *terrorismo global* não o exclui nem das ameaças nem das obrigações de resposta que se vão estruturando.

Este terrorismo global, com referência histórica no 11 de Março, não exclui nenhuma parcela do mundo ocidental, não esquece os antigos territórios, designadamente ibéricos, de onde o poder invasor muçulmano foi expulso, e nenhum país pode considerar-se excluído da ameaça.

A direcção muçulmana, com visibilidade centrada em Oussama Ben Laden, está organizada em rede com células autónomas, adopta a matança de inocentes para quebrar a relação de confiança da sociedade civil, e desta com o Estado, não enuncia os resultados que tornariam possível a paz e introduziu no conceito estratégico *valores religiosos* que, por muito que sejam versões desviadas da doutrina, mobilizam o círculo de desesperados, estes apoiados num círculo maior de apoiantes, e todos promovendo a sua inspiração contra o círculo maior dos que preferem os preceitos da paz.

Por estas razões, Portugal está envolvido nos riscos e não pode ficar alheio às políticas de segurança internacional, salvo, optando pela situação passiva de ser destinatário das decisões dos agressores e das decisões dos ocidentais mobilizados<sup>20</sup>.

São inquietantes as diferenças e até cisões causadas pelo unilateralismo da administração republicana do presidente George Bush, mas isso não diminui a referida situação de *país de fronteira* de Portugal: está na fronteira da articulação da Europa com a segurança do Atlântico Norte, onde cresce o tema da autonomia do pilar da segurança e defesa europeia; está na fronteira do desafio da segurança do Mediterrâneo; está na fronteira da articulação de segurança do Atlântico Norte, formalizada na NATO em mudança de conceito estratégico, com a segurança do Atlântico Sul a exigir definição. Quer o território metropolitano, quer as regiões autónomas dos Açores e Madeira, incluindo Cabo Verde, e as soberanias de língua oficial portuguesa da costa atlântica da África, e muito salientemente o Brasil, estão implicados na circunstância do risco e nas necessidades de resposta.

A debilidade do Estado pode impedir uma participação activa suficiente, mas não tem qualquer visível possibilidade de repetir a política da neutralidade colaborante, percurso ensaiado sem êxito por D. João VI, adoptada

com resultado pelo governo de Oliveira Salazar, mas um modelo sem réplica na experiência comum dos Estados, e totalmente impossível num mundo globalizado.

Foi por isso oportuna a política da presidência portuguesa da União Europeia em 2007, ao desenvolver as cimeiras, designadamente a Euro-Africana, em busca de uma definição de *fronteiras amigas*, caminho para definir o poder militar europeu como uma *força tranquila*, sem qualquer objectivo ofensivo, vigilante da segurança que é o pressuposto da paz entre os Estados, entre os grandes espaços políticos e estratégicos, entre as culturas que, pela primeira vez na história da Humanidade, falam com voz própria e livre na vida internacional.

### ***Interioridade: entre a racionalização e a desistência***

Não será de um ponto de vista da economia do desenvolvimento, que entre nós tem analistas reputados e confiáveis, que poderei dar alguma contribuição para o debate. Tendo em conta as perspectivas que dominam a área das relações políticas, internas e internacionais, partirei, antes, de um pressuposto que se traduz em considerar que a *relação de pertença entre a população e o território* é uma variável sem cuja consideração não se terá uma imagem relativamente segura da questão.

Partindo do global para o local, não parece recusável que o vendaval da globalização semeia efeitos colaterais que afectam todas as regiões e comunidades do mundo, as quais não participam nos processos, ignoram as decisões, e não encontram na experiência disponível qualquer inspiração para uma resposta defensiva.

Talvez a consideração mais iluminante desta conjuntura sem precedentes tenha sido feita pelo Mahatma Gandhi nestes termos: «Não quero que a minha casa seja cercada de muros por todos os lados, nem que as minhas janelas sejam tapadas. Quero que as culturas de todas as terras sejam sopradas para dentro da minha casa, o mais livremente possível. Mas recuso-me a ser desapossado da minha por qualquer outra.»

Este texto coloca no centro do problema da interioridade, entendida como quebra da relação de interdependência entre grupos humanos, independen-

temente de tal quebra ter como característica as lonjuras geográficas ou a natureza de colónia interior, no seio de vastos aglomerados urbanos, a relação de pertença entre a população e o território que ficou referida.

No que toca às *colónias interiores*, que se multiplicam por todo o território europeu em consequência de migrações desordenadas pela organizadíssima teologia de mercado, os problemas económicos tornam-se mais complexos pelos confrontos culturais, incluindo as diferenças religiosas, que também já afectam os nossos grandes centros urbanos. Não é dessas interioridades que nos ocupamos neste texto, mas é apropriado que fiquem mencionadas como previsível factor dinamizador da conjuntura de médio prazo, que poderá ter de as incluir em todas as agendas. Exemplos recentes, como os do Kosovo e dos conflitos em França, tornam evidente que a relação de pertença entre população e território sofreu alterações de rotura, de abandono, de transferência, de violação dos dogmas políticos, de imprevisibilidade.

No que respeita, por exemplo, ao nosso Reino Maravilhoso, de Trás-os-Montes, talvez possa abrir pistas para comparar a evolução do acento tónico da temática desde, por exemplo, a visita pastoral de Frei Bartolomeu dos Mártires, no século XVI, que deixou nas memórias o testemunho das carências que se perpetuaram; relembrar o I Congresso de Trás-os-Montes e Alto Douro (1920), em que a posição defensiva dos interesses provinciais assenta na visão do *passado com futuro*; ler a agenda do II Congresso (1941), em que a problemática se adensa com a identificação dos problemas da modernização; anotar que no III Congresso (2002) o apelo *ao civismo (cidadania) dos trasmontanos e alto-durienses* é a directiva de que depende a formulação de uma procurada *estratégia de desenvolvimento sustentado*. Acrescentaremos, desde já, que o último referido conceito ganhará em aproximar-se do conceito que orienta o PNUD – Plano das Nações Unidas para o Desenvolvimento –, que exige desenvolvimento *humano* sustentado, porque tal qualificação parece essencial nesta data.

Posto isto, e anotado que todos os congressos são caracterizados pela vontade de encontrar um *rumo para a modernidade*, o que se traduz na mobilização do civismo das populações para implantarem um adoptado *modelo observante de sociedade moderna*, sugerimos a necessidade de avaliar que *modelo observante* consegue ser, neste caso, o procurado dinamizador. Não sendo necessário para este ponto recordar as propostas de regionalização, de descentração de poderes, de aproximação dos órgãos decisórios das popula-

ções, julgamos que existe um conflito entre *propostas de modelo*: o modelo que os centros de investigação desenvolvem e cuja efectivação depende da adopção pelos poderes políticos; os modelos que as forças políticas proclamam com a afirmada decisão de execução inerente à tomada do poder; e, finalmente, o *modelo de sociedade virtual* que os meios de comunicação mundializados implantam, e, de facto, ultrapassam, em adesão, todos os outros: é o triunfo da imagem das sociedades de consumo, afluentes, unidimensionais, supostamente existentes algures, sem interioridades desafiantes, em lugares ignorados pela experiência dos visados, modelos que fortemente dinamizam a quebra da vontade de ficar, a quebra da relação de pertença das populações com os territórios de origem e com a realidade longínqua da imagem recebida, relação já antes, eventual e progressivamente, enfraquecida pela distância, essa vivida e sofrida, entre as promessas dos governos e a governança desempenhada, pelos efeitos colaterais da economia global de mercado, pela quebra da natalidade causada pela desproporção entre os recursos de vida vivida e as promessas da imagem recebida de longe. O que está em causa é que ninguém escolhe o povo e o território onde lhe acontece nascer, mas decidir ficar é um acto de amor não necessariamente independente da relação entre o sonho e os factos.

Ignorar que, primeiro, o desfasamento entre a vida vivida e as promessas da imagem, depois, a quebra de relação entre a diáspora que continua e a origem, finalmente, a integração definitiva no destino, afectam decisivamente o pressuposto básico do desenvolvimento, que é a relação de pertença entre a população e o território, que exige e assegura a viabilidade das boas políticas, traduz-se em ignorar a importância decisiva da afectividade para o êxito das boas políticas. As boas políticas que lutam por essa qualificação, ainda quando bem delineadas, contra os factores, sobretudo exógenos, destruidores das circunstâncias tradicionais dos povos, incluindo as mudanças climáticas, a deflorestação, as doenças ambientais, as mutações das concepções familiares, das tradições, da confiança étnica e cultural, até das novas religiosidades.

A questão cultural torna-se problemática em vista de tantos factores que determinam a mudança ou que, antes disso, desactualizam e tornam insuficientes ou inviáveis os modelos de comportamento seculares.

O primeiro artigo da Declaração Universal sobre Diversidade Cultural da UNESCO (2001), afirma o seguinte: «A diversidade cultural é tão necessá-

ria para a humanidade como a biodiversidade é para a natureza. Neste sentido, é a herança comum da humanidade e deve ser reconhecida e afirmada para o benefício das gerações presentes e futuras.» Mas também é reconhecido, geralmente, que o medo de perder a identidade cultural, e até nacional, inspira a resistência ao desenvolvimento, faz da tradição um passado sem futuro, pelo que a busca da linha da razoabilidade é cada vez mais exigente de bom governo.

Os economistas inclinam-se no sentido de que as imigrações são parte do benefício para o desenvolvimento dos modelos do destino, superiores até à liberdade de comércio, e apontam exemplos como as empresas indianas de Silicon Valley nos EUA, das enfermeiras africanas a trabalhar na Europa, até das jovens domésticas filipinas que emigram para a Arábia Saudita.

A nova questão é, porém, a do empobrecimento de capacidades, de vontades, de juventude, que atinge as sociedades de origem, agravada pelo desastre que acompanha a deslocação dos emigrantes sem qualificação para lugares onde não está a realidade virtual que os despertou para a aventura, aventura que tem gritantes exemplos de desastre humano, mesmo para portugueses em território europeu.

Regiões como a de Trás-os-Montes e Alto Douro, que deu um contributo valioso à formação do País, região que foi sempre do Reino, pode e deve reclamar esse crédito histórico, mas tem ainda de questionar se o facto de apresentar um dos índices mais baixos de desenvolvimento do País, leva a avaliar o território como um simples recurso económico, ou se também exige a consideração de factores que têm que ver com a soberania.

Muitas das propostas enunciadas ao longo dos tempos, quer de reorganização do espaço, quer de redefinição dos instrumentos públicos de intervenção e gestão, que visam adensar as proximidades relacionais de espaço, as acessibilidades, mobilidades, ajudas técnicas, todas visando eliminar um perfil arquipelágico do território nacional, estão expressamente ou de facto relacionadas com um conceito de unidade nacional, reforçada por um procurado tecido conjuntivo.

Mas o primeiro e mais forte elo desse tecido conjuntivo está, parece-nos, na relação de pertença entre a população e o território, um laço de afecto

que se estende ao todo nacional pelo fortalecimento das relações, dissolvendo as distâncias não apenas geográficas mas, sobretudo, culturais e de aspirações.

Quando sugiro que enfrentamos aqui uma questão de *soberania*, não é para recordar o soberanismo que no passado tornou arquipelágico o modelo europeu e mundial de governança. É antes para lembrar que o tempo deste milénio em que entramos é de *soberanias funcionais* ou *cooperativas*, em que as transferências de competências para órgãos supranacionais, de várias espécies, é um imperativo a que o processo europeu vai obedecendo.

Mas a luta contra a interioridade, entendida no sentido de debilitação das regiões, enfrenta a relação de pertença das gentes com o território, por dois factores antes pouco relevantes: em primeiro lugar, o percurso europeu tem sido caracterizado por uma *política furtiva*, isto é, sem participação nem das pessoas nem dos Parlamentos nacionais, o que implica com frequência que os efeitos das decisões vindas do centro do sistema europeu em formação se projectam com a natureza de *efeitos colaterais* na vida das populações que não lhes conhecem a origem, e sofrem condicionamentos que afectam as suas circunstâncias de vida presente, e projectos de futuro: a pesca e a agricultura, são sectores onde esse fenómeno é evidente; isto implica um distanciamento das populações em relação ao governo, que nessas dimensões lhes parece irrelevante, alastrando, também por isso, a abstenção do eleitorado e o ilhamento das populações: a educação para o novo exercício do civismo é uma pregação da UNESCO, mas não tem sido uma aula de muita assistência interessada.

Entre os efeitos colaterais deste globalismo crescente da teologia de mercado, e cuja mão invisível fala pela linguagem profética das estatísticas, emerge uma positiva reacção da sociedade civil que, pelas regiões da interioridade geográfica, vai abrangendo e até consolidando *comunidades transfronteiriças de trabalho*, como é visível entre a Galiza e o Norte, como temos sinais nas relações do Reino Maravilhoso com Leão, ou no lema do Município de Castelo Branco ao proclamar a *raia sem fronteira*, ou na literatura do Ayuntamiento de Badajoz sobre o Alentejo do Alqueva. Tudo corolários da transformação europeia das *fronteiras geográficas* em *apontamentos* administrativos, que a iniciativa das sociedades civis das áreas debilitadas tende a mobilizar.

Mas este movimento obriga a meditar sobre os deveres da soberania possível, quando cresce a dificuldade de caracterizar as políticas públicas referentes às interioridades, pela dúvida sobre se tudo é *racionalização ou desistência*.

É evidente o movimento de concentração urbana, que já não pode obedecer à *sementeira de povoados* que obedecia à geira, isto é, à distância que se podia percorrer em cada dia de trabalho, com a lentidão do carro de bois e do burro de carga. Mas extinguir escolas, postos de saúde, serviços de urgência, com lógica que frequentemente parece de pequenas e médias empresas, não apenas esquece que os homens não são números, como esquece a relação de pertença dos homens com a terra, e impulsiona a imigração e a desertificação, porque reduz o território a um passado sem futuro.

Um dos aspectos em que se manifesta a hesitação, entre racionalização e desistência, coberta pelo aparente abuso semântico, diz respeito ao Ensino Superior. A multiplicação de Politécnicos e Universidades pelo Interior correspondeu a uma política de agressão das interioridades adormecidas, enquanto que o Litoral foi objecto de uma criação de instituições de resposta à densidade demográfica.

Uma primeira dificuldade resultou do tecido cultural, que atribuía ao título académico universitário uma dignidade superior ao título académico politécnico, quando ambos os tipos de instituição foram definidos com identidades diferenciadas, mas com igual dignidade: as primeiras, mais direccionadas para a empregabilidade; as segundas, para o emprego; as primeiras, para o saber; as segundas, para o saber fazer.

Um efeito negativo da valoração conservadora do tecido cultural esteve no movimento acentuado no sentido de universitar a rede politécnica.

Admitindo que, com algumas contadas excepções, esse movimento foi detido, o facto é que a agressão das regiões adormecidas, aumentando as capacidades científicas e técnicas da juventude, se deu um novo perfil às cidades que lhes serviram de sede, não teve apoio no crescimento da economia, de modo que as imigrações aumentaram de qualidade, mas a retenção dos talentos não correspondeu à intenção.

É certo que, em muitos centros, se verificaram os efeitos da modernização tecnológica, mas esta não foi acompanhada da demonstração da afirmada



*destruição criativa* de que falaram os economistas. Foi mais visível o facto de o progresso tecnológico exigir mais *gente qualificada*, mas menos gente envolvida, com efeitos negativos no mercado de trabalho. A circunstância desta evolução ter coincido com a prolongada desatenção dos sucessivos governos para a necessidade de fornecer aos estudantes um *banco de dados* que orientasse a livre escolha informada do *projecto de vida*, e para a urgência de regular a *rede nacional* composta da rede pública, rede privada, ambas com versões universitárias e politécnicas, provocou um desequilíbrio entre a *quantidade*, e, por vezes, a qualidade, das formações certificadas e as necessidades do mercado e do desenvolvimento humano sustentado, o que tudo agravou a situação actual de excesso de diplomados sem ocupação, da carência de vocações dirigidas a fortalecer a relação de pertença entre a população e o território, da busca de futuro em destinos diferentes, do Estado a debater-se com a evolução para Estado exíguo, isto é, para uma situação de relação deficitária entre os recursos disponíveis e os objectivos que lhe incumbem.

Algumas confusas intervenções nas áreas do ensino, da justiça, da segurança, da saúde, exigem clarificação que distinga entre a racionalização e a desistência, em face do peso da interioridade.

Não tem esse efeito clarificador recorrer, com invocada humildade, à planificação de entidades estrangeiras, como a OCDE, a ENQA, a UEA, todas da família do Banco Mundial, do FMI, da Organização Mundial do Comércio, para as quais os critérios de gestão e de retribuição ao investimento são imperativos, quando o valor histórico e cultural dos territórios, a sua relação de pertença com a identidade dos povos e o humanismo solidário a respeito de todos os habitantes não cabem nos modelos sem contextualização que utilizam. A teologia do mercado não inclui a meditação sobre a natureza da soberania, agora soberania funcional ou de serviço, limitada pelo princípio da subsidiariedade, que orienta a transferência de competências para sedes supranacionais. Mas não é subsidiária e transferível a responsabilidade do Estado-Nacional pela preservação e fortalecimento do tecido nacional conjuntivo, que deve eliminar os modelos arquipelágicos e fortalecer as proximidades do teor de vida.

Não são critérios de gestão de pequenas e médias empresas que estão em causa: são despesas de soberania não dispensáveis. Não é de teologia de mercado que se trata: é da relação de pertença entre população e território.

O Estado tem seguramente de medir a relação entre capacidades e objectivos: para isso, é melhor não confundir racionalização com desistência.

### *A maritimidade de Portugal*<sup>21</sup>

Nos meus tempos de estudante, a maritimidade de Portugal estava sobretudo representada, no imaginário popular, pelos moliceiros da Ria de Aveiro, pelas redes de armação de atum e pela alegria dos pescadores do Algarve, pela caça heróica das baleias no mar dos Açores, pelas ostras do Sado e pelos golfinhos do Tejo, e pela partida da frota da pesca do bacalhau, benzida por D. Manuel Trindade Salgueiro, que morreria no cargo de Arcebispo de Évora.

O Império continuava a dar reputação e missão à Marinha de Guerra, cujos cadetes eram sempre aclamados quando desfilavam nas paradas da Avenida da Liberdade.

Num livro publicado pela Gradiva, em 1987, para comemorar o Ano Europeu do Ambiente, intitulado *O Homem e o Mar*, José Manuel Fernandes, que escreveu o texto apoiado nas excelentes fotografias de Maurício Abreu, documentou o estado da maritimidade, do Norte até ao que chamou *O Outro Reino*, isto é, o Algarve, chamava a atenção para os efeitos colaterais dos excessos inerentes ao globalismo e aos avanços das capacidades científicas e técnicas que destruíram a antiga *relação humilde com a natureza*, desmentindo o optimismo da proclamada *destruição criativa* de economistas que não preveniram as mudanças irreversíveis e inquietantes do Planeta.

A imagem que nos deixou Miguel Torga, de um Algarve que, para ele, era «sempre um dia de férias na pátria», mudou de realidade, mas não de especificidade, entregue crescentemente ao turismo, mas sem perder a atracção marítima que lhe reconheceu Mariano Feio.

Nos anos decorridos desde essas avaliações e juízos, desapareceu o Império colonial, não apenas o português mas sim o Império Euromundista de que aquele fazia parte. A evolução política da União Europeia acentuou a redefinição das competências, que vão sendo transferidas para os seus órgãos de gestão, ou submetidas à gestão partilhada, ou atingidas pela debilitação das

capacidades efectivas do Estado. A pergunta que as circunstâncias tornaram imperativa é a de saber de que modo a maritimidade continua a ser parte, e que parte, da identidade nacional. Daqui, a necessidade de regressar à raiz do valor dessa maritimidade na identidade portuguesa, cuja primeira solene definição está, creio, em *Os Lusíadas*.

Procuro desenvolver, neste breve ensaio, algumas premissas da maneira de estar no mundo que o Manifesto de *Os Lusíadas* ensaiou propor como projecto europeu e português. O sentido da indagação implica uma espécie de atrevimento, que se traduz em considerar a proposta camoniana como modelo observante, para ajudar a compreender os desafios que ao modelo observado da realidade global dos nossos dias dirige a mencionada proposta.

Ao dizer isto, reassumo o essencial de um antigo ensaio sobre o manifesto político inscrito no poema, que serviu de oração proferida no acto de recebimento do grau de Doutor *Honoris Causa* pela Universidade do Amazonas, na fascinante Manaus, em 18 de Junho de 1972.

A questão então abordada foi a de estar ali um Projecto baseado numa percepção da Europa como unidade, do legado cristão como identificador do seu variado conjunto de povos e soberanias, da expansão como ideia motora da imposição da hegemonia ao mundo a descobrir, da avaliação de todas as culturas encontradas como uma *cera mole* que receberia a imposição das nações cristãs, das leis melhores que regeriam a interdependência global criada pelo propósito, ao mesmo tempo colonial e evangélico, com Portugal assumindo um desígnio e exercendo uma liderança que o define como cabeça da Europa toda.

Olhando à dimensão do Reino e dos seus recursos, compreende-se a suspeita poética de Natália Correia de que Luís de Camões contribuía, assim, para inflamar o espírito do jovem D. Sebastião, deste modo fortalecido no propósito que conduziu ao desastre catastrófico de Alcácer Quibir, levando a logística do Império ao ponto de rotura.

Tentando resumir espaços essenciais do poema em que assenta a definição do referido *Manifesto Político*, lembremos que começa por apoiar a alternativa vencedora do dilema avaliado por D. João I e pelos Infantes, segundo relata Zurara na *Crónica da Tomada de Ceuta*.

A alternativa era entre a continentalidade, que apontava para Granada como meta inicial do projecto do Estado em movimento que se discutia, e a maritimidade, que teria na tomada de Ceuta o primeiro passo.

A questão da balança de poderes peninsulares foi decisiva, o conceito de zonas de influência apareceu para orientar um modelo de expansão soberana sem conflito de vizinhança, a ponderação da logística das capacidades teve lugar, uma ideologia orientadora do voluntarismo político foi assumida, a moral de responsabilidade estava presente.

Na interpretação camoniana, entre a concepção oceânica e a concepção continental, entre a maritimidade e a continentalidade, foi a primeira que teve vencimento.

Por isso, não canta os que verberam «o primeiro que, no mundo,/nas ondas vela pôs um seco lenho» (Canto IV, CII), canta sim os que «por mares nunca de antes navegados/passaram ainda além da Taprobana» (Canto I, I). Não se trata de uma aventura imaginada, trata-se de um Projecto Estratégico Nacional, de um povo concreto, numa conjuntura internacional lida e assumida.

É talvez oportuno avaliar, hoje, que presença ainda tem a opção oceânica, a maritimidade do poema, na circunstância portuguesa.

Mas não apenas portuguesa, porque o poeta também articula esse elemento do conceito estratégico nacional com a identidade europeia à qual se encontra ligada a especificidade portuguesa.

Tem a maior actualidade o facto de equacionar a relação entre o pluralismo histórico, antropológico e geográfico dos seus povos – Rutenos, Moscos e Livónios, Polónios, Saxones, Boémios e Panónios, Traces, Macedónios, Dálmatas, Romanos e Gauleses, Espanhóis e Portugueses, todos da «soberba Europa» (Canto III, VI) e todos unidos pelo Credo: a lei daquele «que do Céu à Terra, enfim, desceu,/para subir os mortais da Terra ao Céu» (Canto I, LXV).

O conceito moderno do Estado em movimento vai sendo documentado pelos feitos que se traduzem em desbaratar «os Turcos belacíssimos e duros», «os Reis da Índia, livres e seguros», todos «ao Rei potente subjogados»,

não apenas pelo triunfo das boas armas que seriam louvadas por Maquiavel, mas porque «serão dadas na terra leis melhores» (Canto II, XLVI). Não alongarei mais o ensaio de juntar as componentes principais do modelo observante para o conceito estratégico nacional que o poeta assume, e que define compatível com a unidade europeia, porque noutra parte tal perspectiva se encontra, e tentarei contribuir para reconhecer o que está vivo e o que está ultrapassado na história do presente em que tenta apoiar-se a prospectiva.

Em primeiro lugar, a questão da alternativa entre a maritimidade e a continentalidade, que alguns lêem como tendo uma solução invertida pela descolonização global a que procedeu a ONU.

Parece-me não ser difícil demonstrar a importância da maritimidade na estrutura da identidade portuguesa, documentada ao longo da história nacional, comprovada pelos efeitos na mundialização das interdependências, lembrada nos símbolos da nacionalidade, inscrita em *Os Lusíadas* que definem o talvez primeiro *Manifesto Político* euromundista, e consagrada no Hino Nacional.

Até o que em certos aspectos parece um passivo dessa variável estrutural, e que se traduz no despovoamento da interioridade, e acumulação das gentes, recursos e actividades, na orla marítima, está existencialmente relacionado com a decisão que os Infantes inculcaram a D. João I, avaliando o muro de Castela e insistindo em que a expansão era em direcção ao mar, mesmo dando atenção devida aos receios do europeísta que foi o «Velho do Restelo».

O tema agora, desaparecida a estrutura imperial que teve raiz naquela reunião de verdadeiro Conselho de Estado, é avaliar se o Império foi razão imprescindível para que a maritimidade se fortalecesse como elemento do conceito estratégico nacional, pelo que, esgotado o modelo, também a vocação se deveria considerar extinta.

Talvez baste recordar, com brevidade, que essa não foi a conclusão de nenhum dos países da frente marítima europeia, que todos mandaram regressar as legiões às metrópoles, mas nenhum deixou de continuar a mostrar a bandeira, agora com motivações e interesses diferentes.

Digamos que o fim da estrutura euromundista, em acelerada diluição depois de 1939, fez surgir a urgência e dificuldade de reorganizar a ordem mundial, posta em regime de ameaça total, durante o período da guerra fria e, agora, depois do colapso da Ordem dos Pactos Militares, pela queda do Muro em 1989, a responder mais a um modelo de anarquia madura, do que a qualquer projecto definido e consistente.

Não obstante as aceleradas mudanças da estrutura internacional, a história documenta que algumas variáveis duras resistem e se reforçam, e a maritimidade, em vez de enfraquecer, cresce como interesse comum da Humanidade, como elemento estruturante dos grandes espaços intermediários entre o Estado e a globalização, como trave mestra da estabilidade mundial.

Já por meados do século XX, C. John Colombos (1967), depois de analisar os vários Pactos em que se dividia a precária ordem mundial de então, escrevia: «É evidente que o estabelecimento da tal futura sociedade internacional, quando efectivada, tem de basear-se numa poderosa organização na qual a Royal Navy, em colaboração com a United States Navy e marinhas das outras Comunidades e Estados aliados, é inevitável desempenhar uma parte inquestionável e predominante na manutenção da paz internacional, e segurança e liberdade dos mares e desenvolvimento das comunicações internacionais e comércio, o que é essencial para o bem-estar e avanço de todas as Nações.»

O evidente é que nenhum país da frente marítima atlântica, antigas cabeças de império a exigir uma marinha, decidiu adoptar um modelo nacional diferente para equacionar o seu envolvimento na defesa dos interesses específicos de cada um e na cooperação com os aliados para o interesse comum.

Digamos, para simplificar, que a comum fronteira marítima dos países da NATO é o Atlântico Norte e que, por isso, a desterritorialização da defesa, que resultou da mudança de conceito estratégico, também abrange as fronteiras marítimas. Dentro delas estão as águas portuguesas, os territórios da descontinuidade territorial, a partilha dos interesses e dos riscos, a maritimidade a desafiar a capacidade de assumir no processo de mudança global.

Uma resposta desmesurada, e frequente, é a que, dentro do modelo europeu que a evolução vai criando, qualifica Portugal, como dissemos, de periférico.

Suponho que a exigência estrutural da maritimidade contraria absolutamente o conceito de raiz económica. Portugal é, repito, e antes de mais, neste processo, um país de fronteira: fronteira na articulação da segurança europeia com expressão na NATO, com o Atlântico a servir de referência estrutural da aliança; fronteira na exigente política de articulação com a África, tema principal da presidência portuguesa da União Europeia, tendo em vista a paz estruturada do Mediterrâneo e o projecto de solidariedade euro-africana que inspira essa política; fronteira na necessária organização da segurança do Atlântico Sul, cujas margens estão ocupadas por novas soberanias aglomeradas na CPLP, fazendo desse Atlântico um Oceano Moreno, no qual a intervenção do Brasil é desejada, esperada e indispensável.

A capacidade de responder a este peso e desafio da maritimidade no século XXI, que mantém o essencial da formulação camoniana, será o critério de medida da distância entre o Estado capaz de exercer uma soberania funcional e cooperativa dos novos tempos e do Estado a derivar para exíguo sem reformulação de um conceito estratégico nacional à altura dos novos tempos.

O primeiro risco está na privação da liberdade de intervenção no mar territorial, na plataforma continental, na zona marítima exclusiva, onde recursos fundamentais tendem para serem submetidos à regra da intervenção efectiva. O articulado do Tratado de Lisboa, em que aparece reformulado o texto recusado da Convenção, presidida por Giscard d'Estaing, causa inquietações a tal respeito. Isto é, agudiza o desafio de o Estado português responder com êxito à maritimidade da sua inalienável circunstância.

### *A língua portuguesa*

Depois do fim do Império, frequentemente foi citado o conceito de Fernando Pessoa, segundo o qual a nossa Pátria é a língua portuguesa.

A discussão sobre a oportunidade e validade do Acordo Ortográfico, aprovado em 2008, tem posto em evidência que ninguém é dono da língua, pelo que não haverá nenhum acordo que impeça evoluções desencontradas. O conceito que tem circulado em algumas das intervenções, e que parece ajustado à natureza das coisas, é o que sustenta que a língua não é apenas nossa, também é nossa.

É por isso que acordos, declarações, tratados, são certamente adjuvantes de uma política que mantenha a identidade essencial, mas nenhum terá força vinculativa suficiente para evitar que as divergências surjam pelas tão diferentes latitudes em que a língua portuguesa foi instrumento da soberania, da evangelização, do comércio. Existem locais onde os factos tornaram evidente que a língua não resiste à falta de utilidade para os povos que estiverem abrangidos por qualquer daquelas actividades, e por isso o português sofre dessa erosão no longínquo Oriente do primeiro império, tem marcas pequenas em Macau, luta com o passado apagador da língua pela ocupação de Timor pelo invasor e também com os interesses da Austrália pela expansão da língua inglesa, vai enfraquecendo em Goa.

O critério da utilidade para os povos talvez, por isso, não seja dispensável no discurso dos procedimentos a adoptar para que o essencial seja uma preocupação e empenho constante dos governos que têm a língua portuguesa como língua oficial, cada um sabendo que não é sua, é apenas também sua.

Muito recentemente, a ONU deu um sinal importante do interesse, com ligação ao número de países que, tendo assento no plenário da Assembleia Geral, falam português. No mês de Março, segundo foi anunciado, o sítio *Web KnowYourRights2008.org* seria tornado mais acessível a pessoas do mundo inteiro, e para isso utilizando oito línguas. Tais línguas são: inglês, francês, italiano, espanhol, alemão, português, holandês e grego. Esta decisão destina-se a apoiar mais de uma dezena de projectos, para os quais se pede e espera a intervenção dos parceiros da organização, governos, parlamentos, ONG e entidades particulares que aderiram em nome e proveito da sociedade civil transnacional em crescimento.

O interesse comum é muito mais dinamizador de iniciativas e práticas do que a obrigatoriedade assumida por tratados cuja debilidade directiva é logo evidenciada pelo método da entrada em vigor. Talvez a maleabilidade das Declarações, que estão a ganhar relevo crescente nas relações internacionais, seja mais indicada para servir de apoio directivo a uma política persistente de identificação e defesa do interesse comum do que a natureza imperativa dos tratados. O ensino e a investigação, no espaço europeu em definição política acelerada, estão apoiados em Declarações que presidem ao desenvolvimento de redes cada vez mais sólidas, e não em tratados. Foi esta consideração que inspirou a criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa,



em grande parte devido à percepção do presidente José Sarney, atento às intervenções e discussões dessa matéria.

Tinha presente que a responsabilidade pela língua incumbia à Academia Brasileira de Letras, tal como em Portugal incumbe à Academia das Ciências. Mas não faltaram observações de experientes das relações internacionais, e certamente nem todos com a mesma vivência das academias, no sentido de que os novos Estados de língua oficial portuguesa, que também deveram ao embaixador brasileiro Aparecido de Oliveira a criação da CPLP, não tinham nem a tradição, nem as vocações e recursos que os levassem a adoptar tal modelo.

O Instituto Internacional da Língua Portuguesa foi criado como centro de encontro entre iguais, para, identificando os interesses comuns, convergirem nas políticas destinadas a servir esses interesses, salvaguardando o instrumento insubstituível que é a língua. Não parece ter acontecido que a inspiração do Instituto Internacional da Língua Portuguesa tenha sido revisitada, mas também não parece que o critério que orientou a sua criação deva ser ignorado<sup>22</sup>.

### *A integração dos povos e a CPLP*

A crise do Estado soberano, que não coincide necessariamente com uma crise do Estado nacional, mas que abre caminho e espaço à formação de sociedades civis transfronteiriças e transnacionais, está a favorecer uma espécie de integração dos povos, visível nas regiões pobres do Sul do mundo, em busca de uma governança equitativa da ordem mundial. Em atitude de resposta ao G8, que agrupa os responsáveis pelas sociedades afluentes do Norte, tornou-se rapidamente presente na opinião pública a intervenção do Fórum Social Mundial com certidão de interlocutor lavrada no Brasil.

A crescente visibilidade acompanha a crescente integração dos povos, um fenómeno que envolve uma variedade de movimentos sociais de todo o continente americano. O último número da *Res Diplomática* (RD) argentina dedica-se sobretudo a esta temática, destacando-se um estudo de Gonzalo Berrón, da Universidade de S. Paulo, numa data (2008) em que a diplomacia, concebida como um instrumento de relação entre Estados-Nação, tam-

bém revela a necessidade de repensar estruturas e métodos para responder às mudanças, e à multiplicação em número e espécie dos agentes da vida internacional. Os Estados são desafiados internamente pelo regionalismo e externamente pelas unidades supra-estaduais, públicas e até privadas, e ainda pelo facto desanimador dos Estados falidos.

A evidência de que o modelo do aparelho diplomático exige reformulação não vence facilmente a resistência de uma variedade de atitudes que sobrevivem e, por isso, também não facilitam encontrar um novo modelo de articulação dos povos com o poder político. O que contribui para que a criatividade na regulação e integração dos povos, por vezes, ultrapasse a linha da convivência pacífica.

Mas a notícia esperançosa dos textos publicados é que «há factores inerentes à relação, entre campo social e governos, que alteram a linear atitude ideológica dos anos noventa, que estão em expansão e formam parte da construção histórica de um *corpus* de valores sobre como fazer política e que política pública fazer».

De regra, esses movimentos consideram os EUA como os dinamizadores do chamado comércio livre e responsável pelos efeitos colaterais que na América Latina combatem, mas que também encontram réplicas noutras latitudes, inquietas com o livre acesso aos mercados locais para bens e serviços, reclamando garantias para os investimentos, sem dar garantias para a não deslocalização. Acordos como o NAFTA de 1994, o CAFTA de 2005/2006, o TLC-Andino, são nesse estudo afirmados tão suspeitos para esses movimentos como os acordos de associação com a União Europeia, ou mesmo com a Organização Mundial do Comércio. A ALCA - Área de Livre Comércio das Américas - é dito alvo cimeiro da contestação.

A lição é talvez que a crise do Estado soberano tende a fazer esquecer ou atenuar toda a crítica contra o poder político, que era considerado de classe e injusto, porque a incerteza, o desaparecimento da vida habitual, a erosão da estabilidade que em todo o caso existia, aparecem como uma perda não compensada.

Tendo conseguido reunir-se em Belo Horizonte, no Brasil, tais movimentos lançaram a semente do que é hoje «a maior coligação de movimentos sociais

do Planeta». Vista a reunião de Seattle que fez história, a primeira Cimeira dos Povos no Chile (1998), e, para resumir, a eclosão do Fórum Social Mundial (2000) concluem que atraíram todas as esquerdas sociais participantes numa visão comum da realidade do continente.

Finalmente, com todos os excessos polémicos que animam o discurso, o conceito de que existe «outra América possível» firma-se de maneira crescente. Existem, porém, movimentos que se identificam mais limitadamente com a problemática específica de países. Talvez seja oportuno observar e julgar se também na Europa estão a ganhar significado movimentos cívicos, pouco noticiados pela comunicação social, distraidamente olhados pelos Estados em crise de capacidades, mas que vão assinalando a distância entre a sociedade civil e o poder político, como que em busca de uma pré-constituição em que assente uma definição de futuro. E sobretudo acompanhar os movimentos animados pela sociedade civil portuguesa, à margem dos partidos, mas inquietos com a presença desses desafios entre nós, e também crescentemente conscientes de que existe outra sociedade possível. E se a CPLP pode responder aos projectos.

### *Em memória de Coudenhove-Kalergi*

Na data de aprovação do Tratado de Lisboa pelo Parlamento português, e sustentada a perspectiva de que recolherá as adesões necessárias para entrar em vigor, é pelo menos justo, e seguramente oportuno, recordar um dos mais influentes europeístas dos anos vinte do século passado, cujo pensamento influenciou grande parte dos responsáveis políticos pelo processo europeu em curso.

Trata-se de Richard de Coudenhove-Kalergi, cuja presença na defesa de um projecto de unidade europeia se verifica no início da experiência que Francesco Nitti chamou a «paz de Clemenceau com os métodos de Wilson», o qual teve expressão na Sociedade das Nações, e fracassou com um ponto final apocalíptico na Segunda Guerra Mundial. Estava-se em 1922, em vésperas de se concretizar a marcha de Mussolini sobre Roma (28 de Outubro) e não muito longe da proclamação da fundação da URSS (30 de Dezembro), quando, em 21 de Julho, Kalergi publicou o seu pequeno grande documento intitulado *A Questão Europeia*.

A premissa maior do seu pensamento viria a ser claramente expressa no *Manifesto* de 1924, nestes termos: «Será possível que, na pequena quase ilha europeia, vinte e cinco Estados vivam lado a lado na anarquia internacional, sem que um tal estado de coisas conduza à mais terrível catástrofe política, económica e cultural?»

Não foi possível, o euromundo político foi destruído pela verdadeira guerra civil de 1939-1945. Todavia, o pensamento do iniciador do Movimento Pan-Europa, que foi lançado em 1923, e da própria União fundada em 1926, sobreviria na memória e experiência da grande parte dos que viriam a ser responsáveis pela instituição das Comunidades Europeias depois da paz. Aquela paz que foi descrita como uma alegria coberta de lágrimas, mas que guardava o pensamento da unidade no pluralismo, cuja filiação em Kalergi fora reconhecida pelo também europeísta Edouard Herriot.

No período, não muito longo, em que se processou a chegada dos tempos sombrios da Segunda Guerra Mundial, no Congresso Pan-Europa (1926), que deu origem à União Pan-Europeia, estiveram Édouard Bénés, Aristides Briand, que seria eleito Presidente de Honra, Konrad Adenauer, Herriot, Winston Churchill, e, entre muitos outros, Jules Romains, Paul Valéry, Ortega, Unamuno, Madariaga, Bernard Shaw. No II Congresso, reunido em Berlim (1930), foi lido o famoso *Memorandum* de Briand; no III Congresso (Basileia - 1932), destacaram-se Maurice Schuman e Fabre-Luce; e, finalmente, no IV Congresso (Viena - 1936), foi presidente o infeliz Kurt Schuschnigg. Quando a guerra deflagrou, Coudenhove-Kalergi ensinava na New York University, dirigiu um Seminário sobre *A Europa Federal depois da guerra*, animou a criação de um *Comité Americano para uma Europa Unida e Livre*, sob a presidência de Fulbright e W. Bullitt.

Em 1943, quando conseguiu realizar o V Congresso Pan-Europeu em Nova Iorque, foi ali tornada pública a *Mensagem* de Churchill apoiando o movimento, e, em 1947, a União Pan-Europeia organizou o 1.º Congresso Parlamentar Europeu, que foi o primeiro passo para a criação do Conselho da Europa, o qual é hoje, no domínio dos direitos do homem, a instituição europeia de excelência.

Em 1971, Morinosuke Kajima, Jacques de Launay, Vittorio Pons e Arnold Zürcher, publicaram um estudo de síntese intitulado *Coudenhove-Kalergi: le pionnier de L'Europe Unie*.

A marcha europeia processou-se de acordo com a imprevisibilidade que a falta de estudos sobre a governabilidade do alargamento e de definição das fronteiras amigas acentuou. Mas o pensamento de Kalergi, ainda hoje espírito animador da Union Paneuropéenne Internationale, é uma das componentes do passado em que se apoiaram todas as correntes e projectos relevantes, um dos importantes inspiradores da Europa comunitária, um dos visionários do pluralismo na diversidade. Um dos que acreditaram que era possível parar a decadência do euromundo, partindo da vontade comum de eliminar os demónios interiores responsáveis pelas guerras civis chamadas mundiais, crente de que o futuro não repete necessariamente os modelos do passado.

### *Desafio do conceito estratégico europeu* <sup>23</sup>

A ratificação do Tratado de Lisboa, quer a instância seja o Parlamento, quer seja o eleitorado, no caso de se limitar ao texto normativo, complexo e de difícil acesso para o cidadão comum, dificilmente será presidida pela discussão e definição da missão de que ficará incumbida a criatura. No início, o objectivo era claro e de alto significado, porque animado pelo objectivo da paz perpétua entre os Estados de uma entidade que a história revelara como excepcional na pilotagem política de um percurso em direcção a uma espécie de ómega terrestre, nem sempre pressentido, que originou a globalização.

Uma globalização que, em relação à Europa, parece mais a definição de um ponto final na excepcionalidade, do que uma plataforma de arranque para a liderança de novos horizontes. Durante o purgatório que foi o meio século de guerra fria, em que a Ordem dos Pactos Militares submeteu a generalidade dos Estados do mundo a uma espécie de protectorado de múltiplas faces, a Europa aprendeu que não era já o centro de uma periferia onde desenvolveu o seu exercício colonizador, e que a vulnerabilidade era agora, sobretudo depois da clarificação que acompanhou a queda do muro de Berlim em 1989, o seu primeiro desafio: carente de matérias-primas, carente de energias renováveis, encontrou-se também carente de gente, assim como de um poder político suficiente para garantir, com autonomia de decisão, a segurança sem a qual define a sociedade de confiança.

Embora sem ter conseguido a completa paz interna que, inspirada pelo ideal kantiano da paz perpétua, foi o valor orientador dos primeiros responsáveis

pela nova Europa, liderados por Jean Monnet, inaugurou uma época em que o *diálogo* assumiu uma importância e uma natureza estruturante sem precedente histórico: a Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) onde não há direito de veto legal, o Conselho da Europa dos direitos do homem, a OSCE – Organização de Segurança e Cooperação Europeia –, tudo pluralmente articulado com a ONU e as suas múltiplas organizações especializadas, estruturaram um tecido de reflexão, de apelo à racionalidade, de meditação sobre os valores, de uma complexidade sem equivalente na experiência dos séculos anteriores. E, todavia, é hoje evidente a falta de uma governança abrangente deste fenómeno da globalização, falta que potencia os efeitos desestruturantes em relação às antigas bases da ordem ultrapassada, incluindo reivindicações independentistas como no País Basco, na Catalunha, na Escócia, invocando o direito à autodeterminação e os valores da democracia, dúvidas sobre o alargamento aos não-membros como a Noruega, a Suíça, a Islândia, ou sobre a reorganização da desconstrução da Jugoslávia, e sobre as recolhas selectivas da decomposição do bloco soviético.

Estas incertezas sobre a definição do espaço, no qual a questão da relação centro-periferia se mantém com dimensão agora regional, parece irrecusável que terão de procurar resposta a partir pelo menos destas evidências: que a Europa perdeu definitivamente a excepcionalidade que manteve durante séculos de hegemonia política; e que, para além das mencionadas carências económicas de matérias-primas, energia, população, tem no plano estratégico limitação de espaço físico, de recursos para uma função sem dependência de segurança e defesa, com duas variáveis demonstradamente presentes na sua história do presente.

Tais variáveis são a dependência dos EUA, demonstrada em duas guerras civis internas a que chamamos mundiais pelos efeitos, uma dependência que se alargou ao longo período da ameaça soviética a leste, e ainda o débito da passada hegemonia que se traduz na frequente exigência de reparação que os antigos colonizados julgam poder exigir, fazendo da Europa um «*continente da memória*».

A primeira interrogação suscitada por este panorama diz respeito à questão de saber se o projecto da unidade europeia encontrou finalmente um sólido espírito fundador, para além da incerteza das fronteiras. Isto porque, na falta dessa trave mestra, não será ultrapassada a intervenção dos protagonismos

soberanistas, em regime de *apartheid*, que averbaram o desastre das duas guerras mundiais.

Depois, recordando a debilidade para dominar os demónios interiores que exigiram a presença das tropas americanas para restabelecer a paz, em seguida, a agenda económica de Marshall para a reconstrução, finalmente, a intervenção americana para erguer o escudo defensivo contra a maré soviética, perguntar se a relação atlântica vai basear-se na necessidade de uma atitude protectora dos EUA, se é possível uma igualdade de pilares dentro de uma unidade ocidental programada, se, pelo contrário, a hipótese orientadora vai ser a de uma concorrência pela hegemonia na área económica, e de independências estratégicas nos domínios da defesa e da segurança.

Seja qual for a opção dominante, será em regime de rotura com um passado irrepetível que todas e qualquer das tendências se desenvolverão.

Os procedimentos posteriores à queda do Muro em 1989, na fronteira leste das democracias ocidentais, e o desastre que foi o 11 de Setembro, nas fronteiras ocidentais, desafiaram a consistência da unidade política e militar do espaço da NATO, com os EUA a derivar rapidamente para o unilateralismo, com os europeus a discordarem sobre opções que costumam romper as incertezas na própria acção. Se a história e os valores participados não inclinarem para a consolidação da unidade atlântica e ocidental, designadamente posta em evidência pela orientação estratégica do terrorismo global, a tendência para um europeísmo abrangente da autonomia da sua específica defesa e segurança terá de ser confrontada com os recursos disponíveis para lograr que o PIB europeu contribua com talvez o dobro do que foi estimado quando a europeização da defesa, foi uma proposta americana referente aos encargos na NATO, e à qual os europeus não conseguiram dar resposta positiva.

Esta situação económico-financeira talvez ajude a compreender, porque a necessidade faz lei, que não são os europeus por um lado e os americanos pelo outro, mas sim os ocidentais como um todo, o objecto do *flowbeck* do antigo mundo colonizado e agora geralmente pobre, o alvo da lei da reflexividade que arma as reacções dos fracos com apoio na ciência e na técnica que ajudou à dominação anterior, e finalmente despertar a cólera apocalíptica com que o terrorismo global massacra inocentes com o objectivo de des-

truir a confiança na vida habitual das sociedades civis, e a confiança do corpo de cidadãos no Estado incapaz de os proteger.

Talvez seja por isso restritivo, e débil, o conceito que pergunta pela missão da Europa como um desígnio separável e viável fora de um integrado desígnio ocidental, agravando a fragilidade resultante do processo histórico que destruiu a sua secular relação de superioridade centro-periferia.

O processo iniciado sob a égide do proclamado inspirador Jean Monnet, experiente e próximo dos desastres das guerras civis europeias, que viveu e em que participou, desenvolveu-se num período em que a cisão atlântica não era imaginável, e em que a vocação directora da Alemanha não era considerada saudável ou revisitável.

No entretanto, o desenvolvimento em paz improvável e guerra impossível, como foi diagnosticado por Aron, proporcionou o chamado milagre alemão, apoiado na dispensa de despesas militares, a reunificação imposta pelo patriotismo de Adenauer e a aproximação franco-alemã sonhada por Monnet, com a ambição federalista a acentuar-se; do outro lado da Mancha, a Inglaterra, que conseguira ser o único beligerante da Guerra Mundial que não foi invadido, que manteve erguido o estandarte da liberdade dos povos e do orgulho europeu, tendo a liderá-la o estadista excepcional que foi Churchill, manteve-se mais partidária da união e da coesão democrática dos governos, enfrentando a globalização sem ferir os seus laços nem com a Comunidade Britânica, nem com os EUA, sem afectar excessivamente a sua liberdade de agir.

O projecto da Constituição Europeia, com a marca francesa deixada por Giscard d'Estaing a proclamar, no preâmbulo do texto, o agradecimento dos povos europeus pela dádiva do projecto, acentuou a primeira alternativa, enquanto que a recusa da aprovação popular deu ao governo inglês a oportunidade de acentuar a segunda opção com a abrangência das cláusulas de *opting-out*.

Não são inúteis os ensaios de previsão quanto à evolução desencontrada ou convergente destas tendências, ao mesmo tempo que são condicionadas as previsões pelas incógnitas dos desafios incertos de uma conjuntura fluida. Não fica porém abrangida, nessa incerteza, a necessidade de resposta e de



uma directiva segura quanto às *fronteiras amigas* da entidade europeia em formação, o que implica formular um conceito estratégico articulado com o da NATO e condicionado pela previsão da evolução desta aliança; igualmente é indispensável e possível, sem dependência da eventual relação interna das duas tendências apontadas, ter um conceito de governabilidade que oriente a limitação das adesões, dando eventual prioridade à decisão dos países indiscutivelmente europeus, que estão ausentes, sobre as adesões problemáticas que misturam os conceitos de comunidade e de aliança, como por exemplo se passa com a Turquia, e, inevitavelmente, se passará depois em relação às fronteiras do Mediterrâneo.

O novo texto do Tratado de Lisboa (2007) despiu o projecto dos Conventionais de Giscard dos atributos cerimoniais e semânticos que acompanham a dignidade soberana, omitindo mencionar a bandeira que todavia está hasteada em toda a parte, não referindo o Hino que se toca em todas as solenidades, mas consagrando a hierarquia interna dos Estados pelo mecanismo das votações, permitindo as duas velocidades, diferenciando os estatutos pela liberdade de recusa de obrigações, isto é, conservando na penumbra a memória dos directórios que não pertencem ao passado pacífico dos europeus.

A organização proposta para o poder governativo, na versão do Tratado de Lisboa, não permite considerar assente a preferência por uma das duas concepções, uma continental, outra britânica, nenhuma parecendo reconhecer ou conhecer o conteúdo da pregação de Coudenhove-Kalergi sobre o ideal federalista. O poder governativo continua de forma original repartido entre os Conselhos de Ministros que decidem, a Comissão que elabora as propostas e executa, e o Conselho que define as políticas globais, com um Alto Representante para as Relações Internacionais que vai ter a dificuldade da ambiguidade da sua legitimidade e da hierarquia que lhe pertence, e também das matérias que lhe competirá assumir no pluralismo de competências reservadas de cada Estado membro.

Estes Estados membros repartidos, aleatoriamente, de acordo com as eleições internas, como logo se passou com a Polónia, entre mais soberanistas e mais europeístas: os primeiros, fiéis à democracia interna do Estado e a um modelo de relacionamento intergovernamental; os segundos, com ganhos manifestos desde Maastricht (1992), visando uma legitimidade específica da

União, com uma cidadania própria, e um processo de codecisão entre Parlamento Europeu e Conselho. A linha europeísta parece agora ter ganhos irreversíveis, pelo que as respostas às perplexidades existentes, e sempre com o condicionamento das circunstâncias externas, terão cada vez mais aquela orientação europeísta como premissa.

Se antes da queda do Muro a dúvida sobre a possível síntese de ambas as tendências ou a supremacia de uma delas esteve presente e com decisão incerta, nesta data, é a linha europeísta que parece ter-se adiantado.

Na lógica desta verificação, a Europa vai ser obrigada a ver crescer o seu perfil de actor unitário, com personalidade jurídica, na vida internacional, e sobretudo na tarefa de reinventar a governança de um mundo que caiu na situação de anarquia.

Independentemente do envolvimento, por vezes negativo, na memória da colonização posta no pelourinho pelo ponto quase final que a ONU colocou na estrutura, à Europa pertence certamente uma tribuna defensora dos valores em cuja implantação teve parte principal, designadamente o direito internacional, os direitos do homem, a sociedade da informação e do saber, a justiça internacional independente. Mas, numa opção tornada aguda pelo conflito da invasão do Iraque pelos EUA, deverá a Europa ser apenas ou sobretudo isso, na linha da comunidade de valores alheios à geopolítica desafiada por uma polemologia perigosamente inovadora, em que o desafio do fraco ao forte emparceira com a dispersão do poder nuclear capaz de aniquilar a humanidade? Terá a Europa de aceitar vincular-se a Vénus, enquanto os EUA e os poderes emergentes se vinculam a Marte, segundo analistas simplificadores do real?

As linhas duras da evolução, que se desenvolvem numa circunstância da Europa em que os factores desafiantes são numerosos, apontam para a unidade europeia como primeiro elemento do seu conceito estratégico, não apenas pela história que lhe afeiçoou a identidade, mas pelos constrangimentos e ameaças externas que a visam unitariamente.

A estratégia da construção dessa unidade, repartida em tendências, também parece orientada para um federalismo sem modelo, seguramente contrário aos soberanismos que animam as ideologias dos poderes emergentes e a prá-

tica da superpotência sobranter. Mas a unidade institucional, o protagonismo na primeira pessoa, vai urgir procurar a adesão dos Estados, inequivocamente europeus, que ainda faltam à chamada, e adoptar uma visão altamente selectiva no traçado das fronteiras amigas, criativa de fórmulas diferenciadas de aliança, de associação, de parcerias, sem violentar a identidade europeia. E, sobretudo, vista a inevitável necessidade imposta pelo globalismo, ter um conceito de relação económica, cultural e de segurança, com a Rússia, o Médio Oriente, a África, as Américas, a China e os vários Orientes e Pacíficos.

Aceitar a definição do Ocidente integrador, fazer a avaliação dos riscos, ameaças e perspectivas que lhe são comuns, é um pressuposto do conceito estratégico a formular, com destaque maior para a solidariedade atlântica. Sem a consolidação dessa realidade, vista unitariamente pelo resto do mundo, nem a Europa poderá ultrapassar o modelo de filiação em Vénus, porque não tem os recursos e capacidades exigidas para enfrentar os desafios das ameaças globais, nem os EUA, animados pela convicção de serem a Nação indispensável, deixarão de ver agravados os sintomas da *fadiga dos metais*, uma debilidade que também atinge as superpotências.

Neste panorama de falta de governança mundial, de verdadeira anarquia em que os poderes políticos são desafiados por poderes atípicos, surpreendidos pelo desafio do fraco ao forte, subsiste um lugar onde todos podem falar com todos, onde o diálogo continua a ser o instrumento da razão: a ONU. Não é todavia surpreendente que, perante tal desordem, a confiança se dirija para o poder do espírito. E que, na data em que os limites da ciência são postos em discussão, se apele à sabedoria, que se apoia nos valores, para reimplantar as esperanças do futuro em paz e concórdia de todas as áreas culturais. Uma mensagem essencial do credo europeu.

## Notas

<sup>1</sup> Arnold TOYNBEE, *Civilization on Trial*, Nova Iorque, 1948; Adriano MOREIRA, *A Europa em Formação*, 4.<sup>a</sup> ed., ISCSP, Lisboa, 2004; K. M. PANIKKAR, *Asia and Western Dominance*, Londres, 1995.

<sup>2</sup> Adriano MOREIRA, *Política Ultramarina*, 4.<sup>a</sup> ed., Junta de Investigações Científicas do Ultramar, Lisboa, 1961; A. Ch. de GUTTENBERG, *L'Occident en formation*, Paris, 1933; Vera Michelas DEAN, *The Nature of the Non – Western World*, Nova Iorque, 1956; Adolfo A. BERLA, *O Mundo entre o Ocidente e o Oriente*, Rio de Janeiro, 1958.

<sup>3</sup> Adriano MOREIRA, *A Europa em Formação*, ed. cit., pp. 65ss.; Jomo KENYATTA, *Facing Mount Kenya*, Londres, 1953; Lesie CONSTANTINE, *Colour Bar*, Tiptree, Essex, 1954.

<sup>4</sup> Adriano MOREIRA, *Política Ultramarina*, ed. cit.

<sup>5</sup> S. C. SCHLESINGER, *Act of Creation: The Founding of the United Nations*, Westriew Press, Oxford, 2003.

<sup>6</sup> Por todos os casos, ver *Asia Europe Journal*, vol. 6, Abril 2008, com a colaboração de Timo KIVIMÄKI, Martti AHTISAARI, Sastrohandoyo WIRYONO, Jordi URGELL, Linda JAKOBSON, Alexander HORSTMANN, Willie McCARTER, Peter MIDDLEBROOK, Pan GUANG, Albrecht ROTHACHER, e J. J. Roy BURMAN. Tem uma notícia apurada dos processos de paz.

<sup>7</sup> Karl POPPER, Konrad LORENZ, *El provenir está abierto*, Matatemas 28, Tusquets Editores, Barcelona, 2000. Estas são palavras de Popper: «experimentem ver o mundo como aquilo que seguramente pode considerar-se que é, como um lugar formosíssimo que, como se fosse um jardim, temos a faculdade de melhorar e cultivar. Ao fazê-lo, procuramos adoptar a humildade de um jardineiro experiente; de um jardineiro experiente e, por isso mesmo, consciente de que muitos dos seus esforços fracassam» (p. 186).

<sup>8</sup> Tzvetan TODOROV, *El nuevo desorden mundial*, Quinteto, Barcelona, 2008, pp. 81ss.

<sup>9</sup> Marcos Faria FERREIRA, *Cristãos e Pimenta. A via média na teoria das Relações Internacionais de Adriano Moreira*, Almedina, Coimbra, 2007.

<sup>10</sup> Alexis de TOCQUEVILLE, *De la démocratie en Amérique*, Gallimard, Paris, 1951; Alexander HAMILTON, James MADISON e John JAY, *O Federalista*, Universidade de Brasília, 1961; J. M. ROBERTS, *The Penguin History of the Twentieth Century*, Londres, 1991.

<sup>11</sup> Adriano MOREIRA, «A identidade portuguesa», in *Annualia*, Lisboa, 2007.

<sup>12</sup> Ramalho ORTIGÃO, *Quatro Gigantes – Camões, Garrett, Camilo e Eça*, Esfera do Caos, Lisboa, 2006, p. 71.

<sup>13</sup> Gilberto FREYRE, *Casa Grande e Senzala*, 3.<sup>a</sup> ed., I e II vols., Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, 1946; IDEM, *Sobrados e Mucambos*, 3 vols., 2.<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro, Livr. José Olympio, 1951; IDEM, *O Mundo que o Português Criou*, Rio de Janeiro, Livr. José Olympio, 1940; Orlando RIBEIRO, *Originalidades da Expansão Portuguesa*, Edições Sá da Costa, Lisboa, 1994.

<sup>14</sup> Adriano MOREIRA, «Os portugueses e Portugal. A identidade portuguesa», in *Annualia*, Temas-Factos-Figuras, Verbo, Lisboa, 2007-2008; IDEM, «Agostinho, o milagre da multiplicação dos corpos», in *Agostinho da Silva, pensador do mundo a haver* (Actas do Congresso Inter-

nacional do Centenário do Nascimento de Agostinho da Silva), pref. de Paulo Jorge (org.) e introd. de Renato Epifânio, Lisboa, Zéfiro, 2007, pp. 311-315.

<sup>15</sup> José Carlos Seabra PEREIRA, «Servanda Lusitânia! (Ideia e Representação de Portugal na Literatura dos Séculos XIX e XX)», in *Revista de História das Ideias*, vol. 28, Faculdade de Letras, Coimbra.

<sup>16</sup> Eça de QUEIROZ, *Prosas Bárbaras*, Porto, Lello e Irmão, 1942; João Franco Castello BRANCO, *Cartas d'El-Rei D. Carlos I*, Lisboa, 1922; António José de ALMEIDA, Antero de QUENTAL, Bernardino MACHADO, Manuel ARRIAGA, Hintz RIBEIRO, e outros, *Portugal em Crise*, Porto, Fronteira do Caos, 2000; Bento CARQUEJA, *O Futuro de Portugal*, Porto, Lello e Irmãos, 1920.

<sup>17</sup> Adriano MOREIRA, «Sobre o último Presidente do Conselho da Constituição Portuguesa de 1933», in UNED, *Espacio, Tiempo y Forma*, Série V, História Contemporânea, t. 19, 2007.

<sup>18</sup> *Alliance of Civilizations, Report of the High-level Group*, 13 de Novembro de 2006, United Nations, 2006; Joseph RATZINGER, *Europa. Os seus fundamentos hoje e amanhã*, Lisboa, Paulus, 2005; Jérôme BINDÉ (ed.), *The Future of Values*, 21 st - Century Talks, UNESCO, 2004; Príncipe Aga KHAN, Intervenção no Simpósio Internacional – «Sociedade Cosmopolita», in *REVUE*, Revista da Universidade de Évora, Ano III, n. 6, 2006; Adriano MOREIRA, «Reencontro Peninsular: Predomínio dos Factores Exógenos», in *Estudos da Conjuntura Internacional*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1999.

<sup>19</sup> George SOROS, *La crise du capitalisme mondial, l'intégrisme des marchés*, Paris, Plon, 1998.

<sup>20</sup> É vasta a bibliografia, mesmo de origem portuguesa, sobre esta questão, que inclui a resposta unilateralista dos EUA, as consequentes divisões no Conselho de Segurança, na NATO e na União Europeia, o pântano do Iraque e a crescente função de referência da Palestina. A Revista *Segurança e Defesa*, Diário de Bordo, Lda., Loures, acompanha a evolução da conjuntura.

<sup>21</sup> Utilizo aqui os apontamentos de uma palestra proferida no Centro Cultural de Lagos, em 16/11/07.

<sup>22</sup> Reproduzo, nestas últimas páginas, comentários feitos na imprensa, especialmente no *Diário de Notícias*.

<sup>23</sup> Síntese da intervenção feita na sala do Senado da Assembleia da República, em 9/4/08.

## Bibliografia indicativa

*Alliance of Civilizations, Report of the High-level Group*, United Nations, 13 de Novembro de 2006.

ALMEIDA, António José de, Antero de QUENTAL, Bernardino MACHADO, Manuel ARRIAGA, Hintz RIBEIRO *et al.*, *Portugal em Crise*, Porto, Fronteira do Caos, 2000. *Asia Europe Journal*, vol. 6, Abril, 2008.

BERLA, Adolfo A., *O Mundo entre o Ocidente e o Oriente*, Rio de Janeiro, s.n., 1958.

- BINDÉ, Jérôme (ed.), *The Future of Values*, 21<sup>st</sup> Century Talkes, UNESCO, 2004.
- BRANCO, João Franco Castello, *Cartas d'El-Rei D. Carlos I*, Lisboa, s.n., 1922.
- CARQUEJA, Bento, *O Futuro de Portugal*, Porto, Lello e Irmãos, 1920.
- CONSTANTINE, Leasia, *Colour Bar*, Essex, Tiptree, 1954.
- DEAN, Vera Michelas, *The Nature of the Non – Western World*, Nova Iorque, s.n., 1956.
- FERREIRA, Marcos Faria, *Cristãos e Pimenta. A via média na teoria das Relações Internacionais de Adriano Moreira*, Coimbra, Almedina, 2007.
- FREYRE, Gilberto, *Casa Grande e Senzala*, I e II vols., Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, 1946, 3.<sup>a</sup> ed.
- \_\_\_\_\_, *O Mundo que o Português Criou*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, 1940.
- \_\_\_\_\_, *Sobrados e Mucambos*, 3 vols., Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, 1951.
- GUTTENBERG, A. Ch. de, *L'Occident en formation*, Paris, s.n., 1933.
- HAMILTON, Alexander–MADISON, James–JAY, John , *O Federalista*, Brasília, Universidade de Brasília, 1961.
- KENYATTA, Jomo, *Facing Mount Kenya*, Londres, s.n., 1953.
- KHAN, Príncipe Aga, Intervenção no Simpósio Internacional – «Sociedade Cosmopolita», in *REVUE*, Revista da Universidade de Évora, Ano III, n.º 6, 2006.
- MOREIRA, Adriano, «A identidade portuguesa», in *Annualia*, Lisboa, 2007.
- \_\_\_\_\_, «Agostinho, o milagre da multiplicação dos corpos», in *Agostinho da Silva, pensador do mundo a haver*, Actas do Congresso Internacional do Centenário do Nascimento de Agostinho da Silva, Paulo Jorge (pref.), Renato Epifânio (org.), Lisboa, Zéfiro, 2007, pp. 311-315.
- \_\_\_\_\_, «Os Portugueses e Portugal. A identidade portuguesa», in *Annualia, Temas-Factos-Figuras*, Lisboa, Verbo, 2007-2008.
- \_\_\_\_\_, «Reencontro Peninsular: Predomínio dos Factores Exógenos», in *Estudos da Conjuntura Internacional*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1999.
- \_\_\_\_\_, «Sobre o último Presidente do Conselho da Constituição Portuguesa de 1933», in UNED, *Espacio, Tiempo y Forma*, Série V, História Contemporânea, t. 19, 2007.
- \_\_\_\_\_, *A Europa em formação*, Lisboa, ISCSP, 2004, 4.<sup>a</sup> ed.
- \_\_\_\_\_, *Política Ultramarina*, Lisboa, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1961, 4.<sup>a</sup> ed.
- ORTIGÃO, Ramalho, *Quatro Gigantes – Camões, Garrett, Camilo e Eça*, Lisboa, Esfera do Caos, 2006.
- PANIKKAR, K. M., *Asia and Western Dominance*, Londres, s.n., 1995.
- PEREIRA, José Carlos Seabra, «Servanda Lusitânia! (Ideia e Representação de Portugal na Literatura dos Séculos XIX e XX)», in *Revista de História das Ideias*, vol. 28, Coimbra, Faculdade de Letras, s.d.

- POPPER, Karl–LORENZ, Konrad, *El Provenir está Abierto*, Barcelona, Tusquets Editores, 2000 (Matatemas, 28).
- QUEIROZ, Eça de, *Prosas Bárbaras*, Porto, Lello e Irmão, 1942.
- RATZINGER, Joseph, *Europa. Os Seus Fundamentos Hoje e Amanhã*, Lisboa, Paulus, 2005.
- RIBEIRO, Orlando, *Originalidades da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Edições Sá da Costa, 1994.
- ROBERTS, J. M., *The Penguin History of the Twentieth Century*, Londres, s.n., 1991.
- SCHLESINGER, S. C., *Act of Creation: The founding of the United Nations*, Oxford, Westriew Press, 2003.
- SOROS, George, *La crise du capitalisme mondial, l'intégrisme des marchés*, Paris, Plon, 1998.
- TOCQUEVILLE, Alexis de, *De la démocratie en Amérique*, Paris, Gallimard, 1951.
- TODOROV, Tzvetan, *El nuevo desorden mundial*, Barcelona, Quinteto, 2008.
- TOYNBEE, Arnold, *Civilization on Trial*, Nova Iorque, s.n., 1948.



